



AMÉRICO AGUIAR, BISPO AUXILIAR DE LISBOA, GERENTE DO GRUPO RENASCENÇA

Na pedofilia a gravidade é maior quando envolve padres



PONTA DELGADA
APCSM anseia pela nova
sede para alargar número
de utentes e de terapias



UDIPSS SANTARÉM
Nova Direção quer serenar
ânimos e continuar
a ouvir as instituições



URIPSS AÇORES
Acordo Base com Governo
Regional é histórico
para as IPSS insulares



Eugénio Fonseca
Presidente da Confederação
Portuguesa do Voluntariado



De Glasgow até às IPSS

Em Glasgow, na Escócia, de 31 de outubro a 12 de novembro, cerca de duas centenas de líderes e representantes estiveram reunidos, essencialmente, para verem como dar continuidade à concretização do Acordo Climático de Paris, de 2015. Efetivamente, as designadas “Cúpulas do clima”, as COPs □ também conhecidas como a Conferência das Partes □ com esta já é a 26.ª edição que realizam e nada do que acordam põem em prática. Alguns países, cinicamente, nessas grandes cimeiras afirmam as suas concordâncias com os compromissos estabelecidos e, depois, não só os não respeitam como até tomam medidas que agravam ainda mais os graves danos que reconheceram nesses encontros, estarem a causar ao nosso planeta.

Por terem sido constantes as faltas de respeito da maioria dos países pelos compromissos assumidos é que existe muita desconfiança e ceticismo no mundo sobre estas Conferências. Basta ver as grandes manifestações organizadas por movimentos ecologistas, nos quais se incluem os do nosso país, para pressionarem os decisores políticos a respeitarem as decisões que são assumidas e a irem mais longe nas medidas a tomar, porque “ontem já era tarde”, tendo em conta as gravíssimas consequências das nefastas alterações climáticas que já se evidenciam em todo o mundo. Como disse a nossa querida poetisa e humanista Sophia de Mello Breyner Andresen “Vemos, ouvimos e lemos, não podemos ignorar”, e, acrescento eu, que a continuar-se por este caminho se irá destruindo em pedaços a Terra. É um assunto tão sério que levou o Papa Francisco a escrever a Carta Encíclica *Laudato Si'* (LS) que veio a revelar-se o melhor e mais sério documento escrito, até hoje, sobre ecologia e que ele batizou por “O Cuidado da Casa Comum”. Diz Francisco no n.º 46 dessa Encíclica: «Entre os componentes sociais da mudança global, incluem-se os efeitos laborais de algumas inovações tecnológicas, a exclusão social, a desigualdade no fornecimento e consumo da energia e doutros serviços, a fragmentação social, o aumento da

violência e o aparecimento de novas formas de agressividade social, o narcotráfico e o consumo crescente de drogas entre os mais jovens, a perda de identidade. São alguns sinais, entre outros, que mostram como o crescimento nos últimos dois séculos não significou, em todos os seus aspetos, um verdadeiro progresso integral e uma melhoria da qualidade de vida. Alguns destes sinais são ao mesmo tempo sintomas duma verdadeira degradação social, duma silenciosa rutura dos vínculos de integração e comunhão social.»

Dada a sua importância e evidência clara de que este é um drama mundial e que a todos diz respeito, realço a realização de um encontro sobre “Fé em Ação pela Justiça Climática” reuniu grupos de todo o mundo em oração pela “Criação de Deus”. Reuniram, assim como uma aliança global, mais de 145 igrejas e organizações que trabalham em mais de 120 países. É este amplo dinamismo que leva o “Movimento “Laudato Si'” a evidenciar que é, cada vez maior, “o apelo” dos líderes religiosos “por uma ação corajosa”. O próprio Papa e vários dos principais responsáveis religiosos mundiais, em 4 de outubro, no Vaticano, subscreveram um apelo comum para que parassem todas as ações que têm criado as prejudiciais alterações climáticas.

Não pode ser de outra forma. Todas e todos, a nível individual e coletivo, têm que assumir as responsabilidades condizentes com as capacidades e possibilidades de cada cidadã, cidadão e organização, porque «o tema da degradação ambiental põe em questão os comportamentos de cada um de nós.» (LS 206). Mesmo pequenas alterações de procedimentos ou promoção de simples ações de sensibilização, podem fazer a diferença. O que está em causa é o cumprimento de obrigações éticas e uma das maiores é a solidariedade, ou seja, a consciência que se tem da responsabilidade que devemos sentir uns pelos outros. Assim, As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) nas suas múltiplas formas não podem dizer:

“que temos nós a ver com isto”? Deixo algumas possibilidades de intervenção, sem as esgotar, podendo as nossas IPSS inventarem outras. Para além de algumas ideias pessoais, socorro-me, também, das propostas de Francisco contidas na LS. São apenas simples sugestões:

1. Adaptar todos os equipamentos às exigências que se colocam para o melhor e mais eficiente aproveitamento das energias naturais. A correta utilização da luz artificial, não deixando lâmpadas acesas sem ser necessário; a opção por lâmpadas LED; e se houver condições, a utilização de painéis solares para se ter acesso direto a energia e até poder vendê-la a terceiros;

2. Optar por materiais reutilizáveis, seja nos produtos e equipamentos, como até nos materiais para efetuar atividades com os utentes. Sei que esta já é uma preocupação da maioria das nossas IPSS, mas seria conveniente criar ações mobilizadoras dos que são cuidados pelas instituições, para que tenham as mesmas preocupações nas suas casas, e no caso das crianças, influenciando os próprios pais;

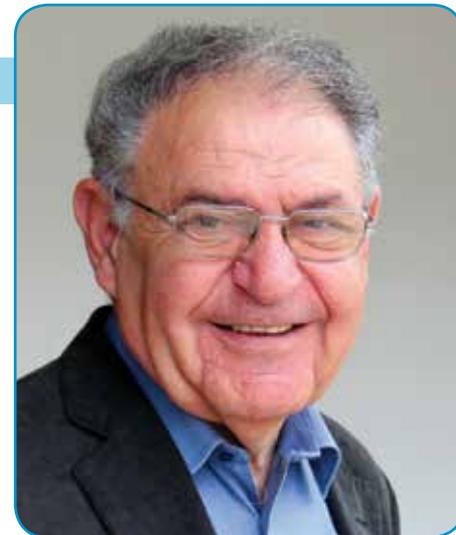
3. Investir na sensibilização para novos estilos de vida, onde imperassem critérios de responsabilidade na utilização de bens, para se evitar tanto desperdício e na não opção por aqueles que são supérfluos, pois «quanto mais vazio está o coração da pessoa, tanto mais necessita de objetos para comprar, possuir e consumir.» (LS 204);

4. Aderir à “Rede Cuidar da Casa Comum” e participar nas suas atividades.
Ver <https://casacomum.pt/a-rede/>;

5. Ler, quem ainda o não fez, a LS. É uma falha imperdoável não o fazer. Serve para crentes e para os que o não são. Ninguém se iluda. Colaboremos todos ou os nossos vindouros perecerão.

EDITORIAL

Padre Lino Maia - Presidente da CNIS



Eleições Legislativas

1. O Orçamento do Estado não era propriamente a questão, mas foi a oportunidade para dar por concluída a missão da “geringonça”... Já se previa!

Firmado em 2015, imaginava-se que o suporte parlamentar de apoio ao Governo teria de ser conjuntural e não se poderia eternizar. No seu seio coexistiam contradições que não podiam ser ignoradas. Por isso - e bem - o então Presidente da República exigiu um compromisso escrito que garantisse alguma estabilidade e alguma coerência na legislatura. E funcionou...

Mas o compromisso não eliminava prováveis perigos:

- Possível inviabilização de uma alternativa credível de maioria parlamentar – e para a democracia não é saudável a inexistência de alternativas válidas...

- Excessiva subjugação de partidos com menor expressão à estratégia de um partido maioritário – talvez por isso mesmo é que, no dealbar desta legislatura, agora interrompida, apareceram mais três partidos com assento parlamentar...

- Tentação de desagregação de conteúdos programáticos de alguns partidos – e não há democracia com unicidade ideológica e sem participação...

Se na legislatura anterior o Presidente exigira a assinatura de um documento de garantia, nesta legislatura tal já não foi imposto porque para o previsto e ameaçado divórcio incomodaria qualquer papel assinado...

O Orçamento do Estado foi, então, a oportunidade para dar por cumprida e finda a missão da “geringonça”. Se a geringonça tinha alma, como foi afirmado no Parlamento: “paz à sua alma”!

Mas atenção: por cada geringonça que morra outra poderá nascer. A ver vamos...

2. Na prática, o apresentado Orçamento do Estado para 2022 não chegou a ser discutido. Discutidas sim foram outras questões que até não teriam muito a ver com ele. Questões sérias, sem dúvida, e que, provavelmente, serão retomadas.

Mas foi pena que o OE não fosse discutido. Se não fosse por mais, para ver que urge começar a ser ultrapassado um defeito congénito de todos os orçamentos do Estado...

No que ao Sector Social Solidário diz respeito, o OE que foi apresentado não parecia omisso. Mas era perigoso. Não era omisso porque aí se previam apoios para a construção de mais equipamentos sociais, nomeadamente para apoio à infância, às pessoas com deficiência e aos idosos. E são necessários mais equipamentos, como também são necessárias mais remodelações de equipamentos e é necessária uma muito maior simplificação de procedimentos. Era sabido e dito, mas a pandemia destacou tais necessidades. E, louve-se o facto de no apresentado OE não se cair na tentação de situar os novos equipamentos em redes exclusivamente públicas como alguns pretenderiam.

Claro que também são necessários equipamentos públicos. Mas a experiência portuguesa faz sobressair a importância da subsidiariedade: a comunidade tem mostrado uma grande agilidade e vontade de se mobilizar para agir. E age muito bem: com perfeita capilaridade e com grande qualidade. Também com muito menores custos e uma muito maior proximidade. Como convém nas respostas sociais que o devem ser de proximidade.

Mas falta dar alguns passos: erguer novos equipamentos sociais é importante, mas isso não é o mais difícil apesar de ser urgente. Mas, sobretudo, é imperioso e urgente consolidar um Sector que corre sérios riscos de insustentabilidade. E, aqui, o Estado tem obrigações que não pode alienar. O Estado não pode confiar tudo ao Sector Social e Solidário e lavar as mãos das suas responsabilidades. E a proteção social é uma das inalienáveis obrigações do Estado.

O Estado não pode limitar-se a aliciar as Instituições para que sejam erguidos novos equipamentos: precisa também de proporcionar condições às Instituições para uma sã exploração... Para que elas não se desviem da sua missão de privilegiar os mais carenciados. As dificuldades das Instituições fazem-se

sentir mais na gestão quotidiana do que na construção de novos equipamentos...

3. No dia 30 de janeiro temos eleições legislativas. Entretanto, é este o tempo para os Partidos resolverem as suas questões internas, estabelecerem os seus programas eleitorais e elaborarem as suas listas. Depois o povo escolherá a composição do Parlamento. E o que o povo decidir fica bem decidido.

Nesta fase, quando se elaboram programas, é importante que todos os Partidos encarem de frente a questão das obrigações do Estado na proteção social. Não tenhamos dúvidas: a diminuição da natalidade e o aumento da esperança de vida obrigam-nos a encarar e a percorrer novos caminhos para uma proteção social sustentada. As necessidades aumentam e os recursos são escassos.

A consolidada experiência portuguesa prova que a comunidade funciona muito bem no que à proteção social concerne. E aqui, quem ainda ousa fantasiar com a estatização das respostas sociais deve arrepiar caminho. O que urge é que o Estado dê meios para as comunidades funcionarem como tão bem o têm feito.

A CNIS não se envolve de modo algum na disputa eleitoral. Mas, responsabilmente não deixa de chamar a atenção das obrigações do Estado no que concerne à proteção social. E três ideias não pode deixar de sublinhar e propor aos Partidos para as considerem nos seus programas eleitorais:

- Consolidação do modelo português em que o Estado contratualiza proteção social com Sector Social Solidário, para o que não deixa de ser oportuna a revisitação do Pacto de Cooperação para a Solidariedade, celebrado precisamente há 25 anos.

- Previsão de um imposto para a proteção social.

- Revisão do regime fiscal: as Instituições de Solidariedade não têm fins lucrativos e prestam serviço público, privilegiando os mais necessitados.

Um próximo Orçamento do Estado já deve ser inovador...

CONSELHO GERAL

Reunião de Fátima preparou a Assembleia Geral do dia 27 de novembro

A CNIS reuniu o seu Conselho Geral, durante o qual foram abordadas diversas matérias do interesse das IPSS associadas.

Assim, na reunião foram dadas algumas informações sobre o PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, apesar, de como disse o padre Lino Maia, “não haver muitas informações!

Tendo já terminado as candidaturas para a Mobilidade Verde, o presidente da CNIS informou que houve um total de 1505 candidaturas (1.257 para a tipologia 1 e mais 248 para a tipologia 2), com um valor total de 37.419.000 euros.

“Entretanto, as instituições receberão informação sobre o estado da candidatura, mas há a expectativa de que quase todas sejam contempladas”, referiu o padre Lino Maia, acrescentando que “houve a expectativa de serem abertas candidaturas para transportes para outras valências, mas tal não aconteceu”.

O presidente da CNIS comunicou ainda aos conselheiros que, de momento, “não há capacidade dos construtores de automóveis para responder aos pedidos já feitos”.

Depois, referindo-se a três marcas em específico – Renault, Mercedes e Peugeot –, disse que “para o preço seja mais reduzido e conseguirem um preço de frota, as instituições associadas da CNIS têm de fornecer o NIF à CNIS, para esta o fazer chegar às marcas e assim as instituições poderem beneficiar do preço de frota”.

Por outro lado, o padre Lino Maia informou que “vão surgir, até ao final do ano, novos avisos para construção de creches, ERPI, Centros de Dia e Residências Autónomas” e, “até ao final de janeiro, haverá avisos para acessibilidades, algo muito importante para as instituições”.

No sentido de apoiar as instituições nas candidaturas, a CNIS pretende realizar quatro webinars, antes do fecho das candidaturas para construção e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais.

Agregada à questão do PRR surgiu a do PARES 3.0 e das candidaturas que não foram contempladas. A informação que tem circulado é que estas candidaturas rejeitadas entrariam diretamente no PRR, mas não é bem assim.

“Tenho quase a certeza de que as candidaturas têm de ser repetidas, mas isso ainda será esclarecido”, sustentou o presidente da CNIS.

A fechar este tema, Eleutério Alves, vice-presidente da CNIS, deixou um alerta: “Não nos vamos centrar e distrair com o PRR, porque temos aí o 20/30 que tem mais dinheiro para o Sector Social e um prazo de execução mais alargado”.

Durante a reunião foi ainda apresentado um resumo do Plano de Atividades da CNIS para 2022, a colocar a discussão e votação na



Assembleia Geral, agendada para o próximo dia 27 de novembro, e que, dentre as muitas iniciativas previstas, destacamos a celebração do Dia da CNIS, a 15 de janeiro, da realização da XV Festa da Solidariedade, cuja proposta é para que aconteça em Viana do Castelo, e de um Congresso, em fins de Maio, subordinado ao tema «O Sector Social: princípio(s), meio(s) e fins».

A CNIS pretende ainda realizar reuniões com as Uniões Distritais e Regionais e com as Federações, para além de promover um encontro de reflexão sobre o Modelo de Apoio à Vida Independente e de quatro webinars sobre a gratuidade da creche.

Sobre esta matéria, tem havido algumas ações de acompanhamento da Segurança Social para avaliar a situação no terreno e, segundo foi reportado à CNIS, foram identificadas algumas irregularidades.

De momento há 1.857 instituições da CNIS com acordo de cooperação para a resposta de creche e foram alvo dessas ações do ISS um total de 305 acordos, abrangendo um universo de 2.385 processos individuais de crianças. Segundo a Segurança Social as irregularidades verificadas prendem-se com cálculo/escalão do rendimento per capita mensal estar incorreto, as IPSS aplicam comparticipações familiares em valor fixo/arbitrário/acordado com a família para cada escalão, as IPSS declaram comparticipações familiares à Segurança Social Direta em valor superior ao real e que as IPSS cobram mensalidades a crianças abrangidas

pela gratuidade, aplicando um valor superior ao calculado.

As instituições que incorreram nestes erros terão agora um tempo para corrigir e ser alvo de nova avaliação por parte do ISS, já em janeiro.

As irregularidades, a confirmarem-se, implicam a devolução dos valores recebidos indevidamente.

Para obstar a esta situação, a CNIS propôs, na Comissão Nacional de Cooperação, pediu mais tempo para analisar os dados apresentados no passado dia 3 de novembro, sugerindo que a nova visita não acontecesse já em janeiro, mas lá para abril, para dar tempo a que a CNIS realize os quatro webinars previstos para esclarecer estas matérias junto das instituições.

Relativamente à situação pandémica, padre Lino Maia lembrou que há, à data de 8 de novembro, 42 surtos em IPSS, que não apenas associadas da CNIS, pelo que “é preciso não baixar a guarda e não facilitar demasiado nas vistas e saídas nos lares”.

Por outro lado, os conselheiros ficaram a saber que o Conselho Geral vai ser alargado com a entrada de duas federações. A Solicitudade - Federação dos Centros Sociais e Paroquiais e Outras Entidades Canónicas de Ação Sócio-Caritativa, Formação, Ensino e Saúde, que já entregou a candidatura formal, enquanto a FITI – Federação das Instituições da Terceira Idade, que formalizará a sua em breve.

DGS ATUALIZA ORIENTAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS EM ERPI E UCCI

Visitas a lares e Cuidados Continuados só com certificado de vacinação ou teste negativo

Visitas passam a ser permitidas com certificado ou teste negativo

Segundo a mais recente orientação da Direção-Geral da Saúde, as visitas aos lares devem ser facilitadas, sem prejuízo de se continuarem a usar meios de comunicação como as videochamadas, mas os visitantes têm de apresentar certificado de vacinação ou teste negativo à Covid-19.

A orientação da DGS que define os procedimentos para as Estruturas Residenciais para Idosos (ERPI) e para Unidades de Cuidados Continuados Integrados, atualizada no dia 2 de novembro, estabelece que cada instituição deve comunicar aos familiares e outros visitantes as situações em que decorrem as visitas, “garantindo o acesso e a utilização adequada dos espaços a respetiva higienização e ventilação”.

Já para a admissão de novos residentes, quem não tem história de infeção nos últimos seis meses deve apresentar teste laboratorial molecular negativo para o vírus SARS-CoV-2.

Para as circunstâncias em que o teste laboratorial não possa ser realizado antes da

admissão, o novo utente, se não tiver vacinação completa e sem história de infeção nos últimos seis meses, deve ficar em isolamento profilático.

Aquando da admissão, os residentes/utentes que nos últimos seis meses cumpriram os critérios de fim de isolamento não precisam de apresentar um resultado de teste negativo e ficam igualmente dispensados do período de isolamento profilático.

Já os novos residentes que tenham esquema vacinal contra a Covid-19 completo devem apresentar apenas um teste negativo para SARS-CoV-2, ficando dispensados do isolamento profilático.

Por outro lado, quando um residente sai da instituição por um período inferior a 24 horas, não é necessária a realização de teste,

nem isolamento profilático no regresso à instituição.

Nas deslocações ao exterior por um período superior a 24

horas, estão dispensados do isolamento profilático e da realização de teste laboratorial os



residentes que foram dados como recuperados da infeção nos últimos seis meses.

De acordo com a orientação, ficam igualmente dispensados do isolamento profilático os residentes que tenham vacinação completa há mais de 14 dias, devendo apenas apresentar um teste negativo.

A orientação agora atualizada define que é obrigatória a utilização de máscara pelos trabalhadores e visitantes das instituições, para acesso ou permanência no interior.

educabiz[®]
A primeira escolha em Portugal.
Mais de 600 instituições já utilizam.

www.educabiz.com

CRECHE

JARDIM DE INFÂNCIA

CATL

A Educabiz é a mais completa plataforma de gestão integrada para a sua IPSS que converge as componentes Pedagógica, de Comunicação e de Gestão e Faturação. Evoluir para a Educabiz será mais um passo para o futuro na sua instituição!

ACESSO SEGURO EM QUALQUER LUGAR

ATUALIZAÇÕES INCLuíDAS

SUPORTE E FORMAÇÃO GRATUITOS

ACESSO WEB OU APP PARA ANDROID OU IOS

CONFORMIDADE COM RGPD

REGISTOS EXIGIDOS PELA SS E ME

Valências para a terceira idade?
Experimente a Seniorbiz. A solução ideal para instituições de apoio a idosos. Reduza custos e agilize o trabalho da sua equipa. Aumente a envolvimento com as famílias.
www.seniorbiz.com

Marque já uma apresentação por videoconferência do Seniorbiz ou da Educabiz ligue 222 400 196

URIPSSA - UNIÃO REGIONAL DAS IPSS DOS AÇORES

Sector Social Solidário alcança acordo histórico com o Governo Regional

Está fechado o Acordo Base entre a Região Autónoma dos Açores e as estruturas representativas das instituições sociais, um acordo que o presidente da União Regional das IPSS dos Açores, João Canedo, considera “histórico”.

As negociações já decorriam há bastante tempo, mas finalmente gerou-se consenso sobre a forma como o Governo Regional dos Açores irá compartilhar as respostas sociais da região no biénio 2021-2022.

As atualizações do valor padrão por resposta social variam entre os 3,5%, por exemplo, do Centro de Dia e os 16,4% da valência de ERPI.

Relativamente à atualização extraordinária do valor padrão o Acordo Base abrange as seguintes atualizações:

Financiamento das respostas sociais atípicas em 3,6%; Valor Padrão do Serviço de Apoio ao Domicílio (SAD) em 5%; Valor Padrão de Centro de Dia em 3,5%; Valor Padrão da Creche em 3,5%; Valor Padrão de Jardim de Infância em 3,5%; Valor Padrão de Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL) em 3,5%; Valor Padrão de Lar Residencial em 3,5%; Valor Padrão do Transporte de Pessoas com Deficiência em 4%; Valor Padrão da Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI) em 16,4%; Valor Padrão da Creche Familiar - Ama em 4,35%; Valor Padrão do Centro de Atividades Ocupacionais (CAO)/Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) em 5,9%.

O Acordo plasma ainda uma medida excecional de compensação ao aumento do valor da Retribuição Mínima Mensal Garantida, que se traduz no pagamento de um apoio único, no valor de 91 euros por trabalhador, que na declaração de remunerações relativa ao mês de setembro de 2021 auferia o valor da remuneração base declarada equivalente ao salário mínimo para 2021.

Junta-se a esta ainda uma medida excecional de compensação do aumento dos encargos com a remuneração dos educadores de infância.

Assim, será concedido um apoio financeiro, excecional, correspondente ao diferencial entre a remuneração que os educadores de infância teriam direito a auferir, sem que lhe fosse considerado para efeitos de progressão na carreira, o tempo de serviço docente prestado entre 1 de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2017 e a remuneração decorrente do respetivo posicionamento remuneratório efetuado por recuperação desse tempo de serviço.

Ficou ainda acordado que, durante o ano de 2022, será realizado um estudo para se fixar os termos e valores do novo Valor Padrão para a resposta social de Centro de Acolhimento Residencial para Crianças e Jovens, no sentido de aumentar o universo de respostas sociais com valor padrão.

O presente Acordo Base produz efeitos a 1 de janeiro de 2021 e vigora para o biénio 2021/2022.

Os outorgantes foram, pelo Governo Regional, o vice-presidente Artur Lima e, pelo Sector Social Solidário, João Canedo, presidente da URIPSSA, e António Barcelos, presidente da URMA (União Regional das Misericórdias dos Açores).

Agora, assinado o protocolo com o Governo Regional seguem-se, ainda este mês de novembro, as negociações com as estruturas sindicais para rever as condições contratuais e laborais dos trabalhadores das IPSS.



CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Nos termos da alínea d), do Artigo 27º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), a reunir em Sessão Ordinária, em Fátima, no Hotel Cinquentenário, no próximo dia 27 de Novembro, pelas 9h45, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 - Apreciação do orçamento e programa de ação para 2022;
- 2 - Apreciação do relatório emitido pelo Conselho Fiscal sobre o programa de ação e orçamento para 2022;
- 3 - Votação do orçamento e programa de ação para 2022;
- 4 - Outros assuntos.

Se à hora atrás referida não estiver a maioria das associadas, a Assembleia Geral terá início quinze minutos depois, pelas 10h00 (dez horas), em segunda convocatória, com qualquer número de presenças, conforme o ponto 3, do Artigo 31º.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

(Dr. José Carlos Borges Batalha)

Porto, 8 de novembro de 2021

MÁRIO MACHADO, PRESIDENTE DA UDIPSS SANTARÉM

Queremos ouvir as associadas e desafiá-las a pensar fora da caixa

Após longo mandato, liderado por Eduardo Mourinha, só no último ano a UDIPSS Santarém acaba de empossar a terceira Direção. Após o mais disputado ato eleitoral da história da estrutura intermédia da CNIS, com duas listas a atraírem um número recorde de instituições associadas, Mário Machado derrotou a lista adversária, liderada por Sónia Lobato, a anterior presidente da União Distrital das IPSS de Santarém, e dirige agora os destinos da organização.

SOLIDARIEDADE - Disse na tomada de posse que “o processo eleitoral foi complexo”. O que tem perturbado a UDIPSS Santarém nos últimos tempos?

MÁRIO MACHADO - Não consigo dizer, nem estive muito preocupado em saber as circunstâncias que levaram à demissão dos membros quer da primeira Direção quer desta última, em que, penso, apenas a presidente não se demitiu. Não sei os motivos, mas creio que tenha havido alguma questão de personalidade entre os membros da Direção. Há dois elementos na minha Direção que transitam da anterior e eu tive a preocupação de falar com quase todos os elementos da Direção anterior. Procurei não tomar partidos e o que me apercebi era de uma questão de personalidades, de postura e que provocou essa crise de confiança interna. Penso que também poderá ter passado por alguns equívocos na transmissão de mensagens.

Quais os critérios na escolha das pessoas para a sua equipa?

O que me leva a abraçar o desafio é registar uma mensagem que tem a ver com a instabilidade que existe na União, que passa para as associadas... e estamos a ficar mal na fotografia. Mesmo perante a CNIS, eu senti esse desconforto por parte da estrutura, de preocupação por não haver equilíbrio. E foi isso que me motivou, em certa medida, depois, as pessoas que conheço, a CNIS que conheço há muito tempo e também não queria deixar Santarém fora do mapa. Sempre estive muito ligado à UDIPSS, de momento tenho mais alguma disponibilidade e há um conjunto de iniciativas da União, algumas em que já participei, que considero muito válidas e quero dar continuidade.

Quais foram os critérios que seguiu na formação da equipa que agora lidera a União Distrital?

Falei com quase todos os elementos da Direção anterior e achei que esses dois, que já conhecia, eram elementos válidos para a minha equipa. Eu tinha tido um convite da anterior presidente para integrar a lista dela, mas, logo na altura, lhe disse que estava a ponderar



apresentar uma lista às eleições, o que lhe comuniquei quando decidi avançar. Depois, procurei que uma lista mais dispersa no território, que abrangesse outros concelhos. O que almejava para esta Direção é que fossem elementos com um pensamento mais contemporâneo, mais moderno, mais fora da caixa, com capacidade de lançar a escada para novos desafios, novos temas, novas questões. Essa foi a minha preocupação na formação da lista para a Direção.

Retenho do que me diz e do que li do seu discurso de tomada de posse a expressão “fora da caixa”. O que pretende neste mandato, para além de apoiar as instituições, é desafiá-las para responderem e se organizarem fora da caixa?

Sim, é isso mesmo. Mesmo na altura no desenvolvimento da campanha eleitoral da candidatura, e tivemos um mentor nesse capítulo, que foi o nosso mandatário e que é o engenheiro António Campos, o caminho que fizemos foi o de ouvir as associadas. Iniciámos esse processo na campanha, que era ouvir de viva voz as associadas e sermos o porta-voz dessas preocupações. Neste momento já temos um documento com várias indicações e já decidimos que vamos dar continuidade às sessões bimestrais do webinar «Inove União, refletir com as associadas». É um fórum de troca de ideias, através do qual estamos a alimentar um memorando com as principais preocupações e propostas das associadas. Aliás, já lhe demos seguimento para a Segurança Social ainda era só o documento vindo da campanha eleitoral. Este memorando

vai estar sempre disponível para as instituições consultarem e saberem do seu desenvolvimento.

Refere-se a quem o acompanha à frente da UDIPSS como “a equipa Novo Foco”, e qual é esse novo foco?

Esse foi um nome que surgiu espontaneamente. Primeiro falou-se em Novo Rumo, mas declinámos, porque não é um novo rumo que queremos para a União. Nós queríamos era uma redefinição do foco da União, porque nestes últimos meses, por tudo o que já falámos, e ainda houve a pandemia, em que a União esteve bem e à altura, mas talvez pudesse ter feito mais, mas com a instabilidade que se gerou não tinha outro foco que não essa situação interna. Por isso, este vamos reformatar e pensar num novo foco, que é tudo isto de que temos estado a falar. Agora estamos a tentar integrar o nosso programa no Plano de Atividades e no Orçamento que estamos a elaborar para a Assembleia Geral de dia 27 de novembro.

E quais são as prioridades de ação?

Queremos diferenciar-nos na ação, com ações complementares. Ultrapassada a questão do desconforto por parte das associadas, porque tivemos um processo eleitoral intenso, com grande participação e via-se que a União estava desunida, queremos continuar a ouvir as associadas e lançar ações complementares. Vamos mostrar as nossas competências e afirmá-las junto das associadas e demonstrar-lhes que faz sentido esta proposta que nós temos.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTO)

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE SÃO MIGUEL, PONTA DELGADA

Nova sede permitirá aumentar os números de utentes, terapias e horas de terapia

O sonho é antigo, mas só agora parece avançar o projeto de construção de um equipamento de raiz que permita à Associação de Paralisia Cerebral de S. Miguel aumentar a capacidade de resposta e as respostas a dar. No entanto, a nova sede acarreta alguns desafios como seja o dos recursos humanos qualificados, cuja captação para as ilhas é difícil. Ainda assim, é com grande esperança e entusiasmo que os dirigentes da instituição encaram o futuro, com o objetivo de proporcionar melhor e mais apoio a quem vive sob a condição da paralisia cerebral.

A Associação de Paralisia Cerebral de São Miguel (APCSM) nasceu em 2005 por iniciativa de um grupo de pais, técnicos e amigos de crianças com paralisia cerebral, tornando-se IPSS dois anos depois.

Proporcionar o apoio adequado a quem vive sob a condição da paralisia cerebral é o grande objetivo da Associação, que nesse sentido anseia pelas novas instalações.

Com a concretização do projeto antigo, mas que só agora começa a dar os primeiros passos, a APCS M pretende não apenas aumentar os tipos de apoios e terapias a proporcionar aos utentes, mas igualmente aumentar o número de utentes.

“É um projeto novo, porque está a decorrer agora, mas é uma ambição antiga a nova sede. Já andamos há mais de uma década a discutir com o Governo esta situação. Este projeto é a grande ambição, porque sem um espaço físico adequado em tamanho, não conseguimos dar a resposta à grande lista de espera que temos, não só para o CAO, mas também no apoio na reabilitação, que a oferta privada não responde aqui em Ponta Delgada”, argumenta Carina Nóbrega, vice-presidente da instituição açoriana, acrescentando esperar que “com a nova sede a Associação possa chegar àquelas crianças e adultos que estão referenciados e dar-lhes resposta”, lembrando ainda que “quando a Associação está a dar resposta aos clientes, está a dar resposta a muitas mais pessoas, sejam os familiares ou os cuidadores, de quem pouco se fala”.

Com o novo equipamento, que os responsáveis pela instituição querem ver o mais breve possível ir para o terreno, a APCS M pode alargar o seu universo de utentes até aos 107, divididos por cinco respostas sociais: CAO 30 utentes; Intervenção Precoce 16; Apoio Regime Ambulatório 35; ATL 10; Lar Residencial 16 (sete quartos duplos e dois individuais).

No entanto, a alegria e entusiasmo de estar mais próximo a concretização de um sonho antigo, levanta também alguma apreensão.



“Este projeto é muito importante, mas também uma preocupação. Vai-nos influenciar as contas, porque vamos aumentar o número de clientes, mas sobretudo vamos ter de aumentar os recursos humanos, seja na reabilitação motora, seja no CAO. É isto que pretendemos que a Segurança Social veja, pois vamos aumentar o número de jovens em CAO, mas teremos também condições para aumentarmos o número de terapias e as horas de terapias, para o que precisaremos de mais recursos humanos”, sustenta Carina Nóbrega.

E aqui surge outro oceano pela frente para atravessar, que é a atrair recursos humanos qualificados e especializados para os Açores. A insularidade tem destas coisas e é igualmente uma preocupação para a APCS M.

“Já falámos com a Segurança Social, porque não é fácil arranjar recursos humanos na Região e mesmo os recém-licenciados,

que são bem-vindos, é preciso tratar da sua formação. E temos que captar estes profissionais antes de inaugurarmos o equipamento, para não termos um espaço inaugurado e sem ninguém! Já colocámos a questão ao Governo Regional sobre em que momento podemos começar a tratar dos recursos humanos para a nova sede. É necessário abrir concurso a nível nacional e, depois, tratar da sua formação, caso seja necessário”, alerta a vice-presidente da APCS M, que sublinha: “É difícil captar recursos humanos formados para as ilhas. Este é um dos constrangimentos que temos. É difícil fixar nas ilhas os técnicos qualificados que necessitamos. Falo de terapeutas e fisioterapeutas que se especializem nesta área da paralisia cerebral”.

E se para a construção da nova sede os recursos financeiros estão garantidos por fundos europeus e do Governo Regional, sem ser necessária a comparticipação da instituição,



já todos os restantes equipamentos necessários para equipar o novo centro de reabilitação estão dependentes da boa-vontade de beneméritos.

“Os equipamentos para colocar no novo espaço é outra preocupação, porque temos suportado tudo por conta dos donativos privados que angariamos com diversas iniciativas. Estes equipamentos não podem estar dependentes da boa-vontade dos beneméritos”, adverte Carina Nóbrega.

Até ao aparecimento da APCSM, a resposta às pessoas com paralisia cerebral era dada de forma dispersa, estando muitas dessas pessoas noutras instituições da área da deficiência.

Apesar de ainda não ser a resposta ideal, principalmente para quem não é de Ponta Delgada, a Associação passou a dar “uma resposta mais específica, diferente”, refere a dirigente, acrescentando: “Embora a paralisia cerebral seja de um espetro muito amplo de diagnóstico, a nossa resposta diferencia caso a caso. Por isso temos uma equipa multidisciplinar para fazer face a essa disparidade de casos e poder trabalhar individualmente cada criança, cada jovem, cada adulto, consoante o seu diagnóstico e evolução. É para nós muito importante investir na reabilitação precoce, na fase em que o cérebro está em desenvolvimento, porque potencia a recuperação e há ganhos. E pequenos ganhos, muitas vezes, significam grandes conquistas para a autonomia futura dessas crianças”.

Mãe de uma criança com paralisia cerebral, Carina Nóbrega sublinha a importância da resposta a estas crianças ser diferenciada caso a caso, “porque quando não o é e é englobada noutras patologias e deficiências, como era antes de existir a Associação, perdem-se oportunidades de recuperação, de elevar a autoestima, de reabilitar”.

E para melhor contornar este problema e chegar ao maior número de pessoas com paralisia cerebral, a APCSM vem há muito reivindicando, junto do Governo Regional, que

“haja um encaminhamento mais célere e menos disperso dos casos, porque, como existem diversos departamentos, há uma grande dispersão e não há aconselhamento a uma só voz, tal como acontece na sinalização”.

“A criança é sinalizada no hospital, mas tem de ser encaminhada para as instituições que, de alguma forma, vão apoiar em termos de reabilitação. Por exemplo, no caso da paralisia cerebral, o hospital não encaminha aqui para a Associação, simplesmente possibilita à pessoa escolher onde quer fazer fisioterapia, que até pode ser no privado, muito bem, mas este tinha de estar preparado para receber este tipo de problemática”, alerta, frisando: “E o que acontece é que, no sector privado, e falo por experiência própria, não há investimento na área pediátrica. As clínicas de fisioterapia estão capacitadas em profissionais e materiais para tratar adultos e situações correntes e que estatisticamente mais ocorrem, agora investir numa sala com equipamento pediátrico, com jogos, porque sabemos que uma criança para fazer fisioterapia tem de ser distraída e formar fisioterapeutas para a área pediátrica e do desenvolvimento neuromotor, não acontece. Portanto, achamos que a tutela deveria ter o entendimento de exigir a preparação dessas clínicas para poder continuar a encaminhar essas situações para o privado. Devem ter uma sala individualizada para tratar crianças, com profissionais formados, porque até para nós seria bom, pois aumentando o número de profissionais especializados nesta área, também conseguimos aumentar a massa crítica. Quantos mais profissionais houver dedicados a esta área, melhor, pois gera mais oportunidades”.

Por outro lado, a APCSM gostava que houvesse um levantamento estatístico que traçasse um retrato fiel do número de pessoas com paralisia cerebral que há na Região Autónoma dos Açores e onde estão em concreto.

“Podemos planear uma estratégia quando soubermos quantas pessoas são e onde estão”, começa por sustentar, prosseguindo:



“Já estamos a pedir este levantamento há muito, junto da Educação, através das escolas, e da Saúde, porque estas pessoas têm de ter médico de família! Só com esse conhecimento podemos definir quantos elementos são necessários na equipa multidisciplinar, ou para se deslocar a esses concelhos, que não só o de Ponta Delgada, ou de que forma seria possível eles deslocarem-se à nossa sede. E aí, a nossa sede nova é elemento essencial, porque permite aumentar a capacidade de atendimento. É fundamental saber quantos são, onde estão e em que ilhas para podermos trabalhar em rede e sabermos quantos recursos humanos são precisos para chegar e apoiar essas pessoas”.

E como seria S. Miguel sem a APCSM?

“Acho que toda essa discrepância e desigualdade que queremos que não haja entre crianças e jovens que vivem sob a condição da paralisia cerebral estaria muito mais aumentada. Seria muito diferente, haveria muito mais exclusão social. E é isso que não queremos, há que lhes proporcionar as mesmas oportunidades, não só de se reabilitarem, mas também de se divertirem, de conviverem e de comunicarem, independentemente da forma de comunicar. Aqui sei que se sentem bem, porque se sentem entendidos. O isolamento destas crianças e jovens seria muito grande sem a Associação”, afirma Carina Nóbrega.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)



WWW.SOLIDARIEDADE.PT

Número recorde de visitas em outubro

O número de visitas ao site do jornal Solidariedade (www.solidariedade.pt) registou um aumento significativo no mês de outubro, logo após ter sido feita uma atualização do protocolo de segurança digital. A média de 20 mil acessos diários passou para 50 mil a partir do meio do mês.

A explicação pode estar relacionada com o facto de se ter reforçado o tipo de segurança, passando a usar o SSL (Secure Sockets Layer) que permite a comunicação criptografada, certificando a proteção de dados, a autenticidade do servidor e dos utilizadores. Agora a extensão do link é <https://www.solidariedade.pt>. Antes desta atualização sempre que alguém acedia aos conteúdos do jornal solidariedade online o endereço incluía a referência “inseguro” o que podia demover a frequência.

A última grande atualização do site foi feita em 2014, altura a partir da qual a afluência tem vindo, de ano para ano, sempre a aumentar.

Seja como for, por via desse aumento de tráfego o mês de outubro bateu o recorde com mais de um milhão e trezentas mil visitas. No dia 23 houve quase 145 mil entradas no site e



no dia seguinte perto de 125 mil. Em virtude desse incremento para mais do dobro de acessos diários, o ano de 2021, em curso, já subiu ao primeiro lugar do ranking, ultrapassando o melhor registo que se verificou em 2020 com 7,3 milhões. A pandemia foi o motivo encontrado para explicar o sucesso, como então se escreveu: “A relação é bem evidente. Basta olhar para os meses de março (851 mil) e abril (848 mil), o período da chegada e proliferação do vírus SARS-Cov-2 em Portugal. Foram os meses de maior requisição informativa e acompanhamento das medidas anunciadas

pelos autoridades de saúde, políticas e sectoriais. Daí que não seja de estranhar que as notícias publicadas no site do Solidariedade relacionadas com informações práticas sobre a covid-19 e as IPSS tenham tido uma procura extraordinária.”

É sempre motivador para a equipa do Jornal Solidariedade constatar o aumento de interesse que desperta a versão online, o que reforça o empenho e dedicação com que se tem levado a cabo esta missão informativa a propósito do universo social solidário de que é composta a CNIS.

MODERNIDADE | EFICÁCIA | PRODUTIVIDADE



SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS ESPECÍFICAS PARA A ECONOMIA SOCIAL E UNIDADES DE SAÚDE

CONHEÇA AS MAIS RECENTES SOLUÇÕES F3M 100% WEB

- ✓ ELEVADO NÍVEL DE SATISFAÇÃO DE CLIENTES
- ✓ SERVIÇOS DE FORMAÇÃO E CONSULTORIA TI EM TODO O PAÍS
- ✓ APOIO ESPECIALIZADO AOS UTILIZADORES DO SOFTWARE F3M

Acordo com a CNIS, parceria com 18 Uniões Distritais de IPSSs e acordo com a REDEMUT.



AMÉRICO AGUIAR, BISPO AUXILIAR DE LISBOA, LIDER DO GRUPO RENASCENÇA

Em matéria orçamental a normalidade das nossas instituições é viverem aflitas

À imagem do bispo de Roma, Américo Aguiar, bispo auxiliar de Lisboa, pratica um estilo de intervenção pastoral pouco canónico, quer no discurso quer no comportamento pessoal. A proximidade, a descontração, a disponibilidade, a amizade, a simpatia, o empenho, a energia e a inteligência são características identificadas por quem o conhece de perto e há muito. O facto de ser bispo não as obliterou.

Aos 47 anos é um dos bispos portugueses mais jovens e mais influentes. Porque merece, mas também porque gosta do risco dos grandes desafios como é o caso da organização das Jornadas Mundiais da Juventude, em Lisboa, no verão de 2023, com a presença do Papa Francisco, seu exemplo.

Américo Aguiar trabalhou com três bispos do Porto: D. Armindo Lopes Coelho, D. António Francisco dos Santos e D. Manuel Clemente, agora Patriarca de Lisboa.

Em 2011 a 2020 foi presidente da Irmandade dos Clérigos, liderando a requalificação da Torre e Igreja dos Clérigos, abrindo-as aos portugueses e aos turistas. Fez o mesmo com a Igreja de Santa Clara.

Américo Aguiar nasceu em Leça do Balio, Matosinhos, foi ordenado sacerdote em 2001 e bispo em março de 2019, na igreja da Trindade, no Porto.

É licenciado em teologia e tem um mestrado em ciências da comunicação. É também presidente do conselho de gerência do grupo Renascença multimédia.

SOLIDARIEDADE - Estamos em plena crise política, à espera das eleições marcadas para 30 de janeiro do próximo ano. Como vai o país sair disto?

AMÉRICO AGUIAR – (RISOS) Como vamos sair não sei. Que iria acontecer um dia, isso eu sabia. Se não tivesse acontecido agora seria no próximo ano. Os partidos começaram a fazer contas eleitorais. O partido socialista, o BE e o PCP começaram a avaliar os prós e os contras da solução que permitia a estabilidade governativa. As últimas eleições, as autárquicas e presidenciais, davam uma leitura de desgaste do que significa estar colado à responsabilidade da governação. Os partidos que têm maior tendência para uma oposição forte, de rua, começaram a sentir dificuldades por estarem numa situação de cumplidade com o governo. Houve uma sensação de incompatibilidade entre a garantia de governabilidade e a necessidade de serem partidos de reivindicação. Não sei se acertaram nos cálculos da melhor oportunidade. Faço uma leitura semelhante à do Presidente da República. Recuperámos de uma crise económica, entrámos num momento histórico único por causa da pandemia, estamos todos



ligados à máquina... Agora que viámos a luz ao fundo do túnel dizem-nos: vai tudo abaixo, vamos começar de novo. Temo que depois das eleições possa ficar mais ou menos tudo na mesma.

Sem condições para maiorias de governo...

Vem-me à memória aquilo que foi a ousadia, que eu apreciei, do dr. António Costa que transformou uma derrota numa maioria que permitiu a governação. Foi a primeira vez em democracia que não se respeitou o acordo tácito de que quem ganha governa.

E essa solução durou seis anos.

Exatamente. O balanço há de ser feito pelo povo, mas agora em todas as noites eleitorais temos o pescoço no machado. Não interessa quem ganha, mas quem consegue conjugar o número mágico para constituir governo e eu não sei se, nesse caso, se pode dizer que essa é a vontade dos portugueses...Tenho esperança de que a campanha eleitoral convença os portugueses a, em primeiro lugar, combater a abstenção e convencer os portugueses de que este não é um momento para se ficar em casa, e depois pode acontecer a formação de uma maioria, seja ela de direita ou de esquerda, ou até que um dos partidos reúna condições de governação maioritária.

Este hiato temporal é problemático para as instituições sociais da Igreja?

A especialidade das nossas instituições, sobretudo da área sócio caritativa, é viver em ambiente de estado de sítio. A nossa normalidade é viver aflitos, no que aos orçamentos diz respeito. Nós sabemos que os nossos utentes estão nos limites, muitos até abaixo dos limites daquilo que é a dignidade e os direitos humanos, mas a normalidade da vida das instituições é sempre

muito aflitiva. O prolongamento da indefinição pode piorar a situação das instituições e consequentemente na vida dos utentes. Espero que este delay de tempo que vai acontecer não traga um suplemento de dificuldades para além daquilo que é o normal.

Considera que o Estado tem-se encolhido na obrigação de apoiar as Instituições do sector social solidário?

O Estado somos nós. Nós delegamos numa estrutura o exercício de direitos e deveres. De vez em quando somos chamados, nós os soberanos, somos chamados a tomar decisões importantes como as eleições legislativas que se aproximam. Eu olho para o território do nosso país e vejo sempre uma riqueza enorme no que é a vida das instituições de origem na sociedade civil. Quando olhamos para o sector sócio caritativo ainda mais. Noto com alguma perplexidade que, às vezes, encontramos líderes políticos, com responsabilidades significativas de governação ou oposição, ao longo do tempo, com algum incómodo em relação ao que significa entenderem e acolherem a normalidade do exercício destas instituições na vida pública. Sinto, por vezes, nos discursos uma tentativa de eliminação dessas existências, uma radicalização que defende que a área social deve ser uma prestação de serviços exclusiva da parte do Estado. É um disparate. Basta ter atenção ao número de instituições e utentes que existem, incentivados pelo próprio Estado, desde a construção dos equipamentos, aumento das valências, ciclos de financiamentos da segurança social e da Europa. Parece-me estranho que por vezes pareça que o desejo é que não sobrevivam. Eu aplaudo os dirigentes, sejam autárquicos ou nacionais, que pratiquem a subsidiariedade, de otimização de sinergias e a implementação de verdadeiras redes sociais.



A cooperação do Estado com o sector social solidário tem-se degradado. Do ponto de vista económico, a participação baixou para menos de 40 por cento dos custos das respostas sociais. A sustentabilidade das instituições está em causa?

Eu estive recentemente num encontro em que estavam o padre Lino Maia, da CNIS, o Manuel Lemos, das Misericórdias e o provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Edmundo Martinho, e todos reconheciam que houve uma derrapagem de décadas por parte do Estado, na participação dos custos de funcionamento pondo em causa a gestão sustentada das instituições espalhadas pelo país. Nós somos os primeiros a defender o aumento do salário mínimo, mas somos os primeiros a suportar as consequências desse aumento. As instituições estão no osso, já não há gorduras nem carne, e ainda assim, defendemos a melhoria das condições de remuneração dos trabalhadores, reconhecendo o trabalho duro que fazem todos os dias, merecendo ganhar o dobro ou o triplo do que ganham. Não é possível. Sempre que há uma decisão de aumentar o salário mínimo tocam as sinetas da sustentabilidade das instituições porque andamos sempre muito longe daquilo que é o compromisso do que o Estado manifestou há muito. E depois ainda ter que ouvir, de vez em quando, alguém dizer que as instituições andam a viver à custa do Estado. É só ver as contas... Quando olhamos para a realidade das IPSS, o esforço que fazem permanentemente, a resposta que deram na pandemia - e já tinham dado na crise económica anterior -, e ouvimos os representantes políticos a reconhecer que o sector social foi a travesseira, o para-choques de muitas famílias, eu só tenho pena que isso não tenha uma consequência prática. É a segunda vez que o sector é fundamental para salvaguardar a vida de portugueses mais fragilizados e isso devia ser suficiente para não ter que mendigar a justiça na cooperação com o Estado.

Tem a seu cargo a organização das Jornadas Mundiais da Juventude, no verão de 2023. É um desafio supremo...

Sim, é único. Há a preocupação, desde o início, quer do Papa Francisco quer do Patriarca de Lisboa, de chamar ao protagonismo, na preparação e organização da jornada, um número cada vez mais significativo de jovens. Queremos que eles sejam verdadeiramente os protagonistas das jornadas. Vamos tomando consciência que é um acontecimento esmagador. Estamos a falar de um evento em que logisticamente faz ombro com os Jogos Olímpicos. É qualquer coisa que nos esmaga, mas também nos torna conscientes das nossas limitações. Um dos segredos das jornadas em todos os países é nós darmos tudo e quando estamos no limite de desfalecermos, por já termos esgotado todas as nossas capacidades, nós acreditamos que Deus providencia. Mas este desafio é único e eu aqui tenho que reconhecer que o Estado, com quem temos estado a falar, o sr. Presidente da República, o Primeiro-ministro, os vários Ministérios do governo, as câmaras de Lisboa e de Loures, todos têm colaborado. Vai ser bom para Portugal, para os portugueses, para os jovens do mundo inteiro.

Vai ser uma espécie de Web Summit da Igreja Católica?

Os números esmagam, nós estamos a falar de centenas de milhares de jovens do mundo inteiro que não vêm lutar, nem jogar, nem vencer nem ser vencidos. Não vêm assistir aos concertos dos seus ídolos musicais. Vêm para estarem uns com os outros, para ouvirem um senhor vestido de branco, um velhinho divertido que eles gostam de ouvir, que lhes vai falar de valores, de princípios, de direitos, deveres e que os vai espicaçar, vai provocar para que eles sejam jovens. O Papa está sempre a pedir que os jovens armem barraca, que os jovens se façam ouvir, que os jovens se levantem do sofá. Ele diz que os jovens que estão quietos e sentados não são jovens e esta provocação que o Papa faz permanentemente à juventude, neste contexto pós-pandémico, é particularmente sugestivo. E há outra coisa que ele diz e que eu acho que ele tem toda a razão, não gosta que se diga, “os jovens são os homens de amanhã” ele diz “os jovens são hoje”. Esta coisa de se estar a adiar para não sei quando é um disparate. Nós temos que ser capazes de transmitir aos jovens, nós Igreja, agora de um modo especial, primeiro que os queremos ouvir, que nos preocupamos com aquilo que são as realidades das vidas deles, que queremos ser parte, corresponsáveis na construção dos seus sonhos. Têm que sentir que para além de todas as crises e problemas nós estamos ao lado deles para fazer o caminho juntos. E a jornada também ajudará nisso.

A esse propósito, as inúmeras denúncias de abusos de natureza sexual na Igreja Católica vão no sentido contrário. Enquanto coordenador da comissão de proteção de menores do Patriarcado de Lisboa admitiu, no jornal Público, a realização de um levantamento retrospectivo sobre os abusos de menores em Portugal, desde que o mesmo não se restrinja aos membros do clero. Foi mesmo isso que quis dizer?

Eu não vou dizer que fui mal interpretado, mas faltam ali os preliminares. A nossa prioridade são as vítimas e tudo faremos para que, agora (desde abril de 2019, quando foi criada a comissão), sejam garantidas as condições de confiança, de segurança para que todas as pessoas que tenham vivido essas circunstâncias no contexto específico eclesial, confiem numa estrutura que tudo vai fazer para respeitar a sua situação, acompanhar, tentar minimizar e tudo fazer para que não sejam novamente vítimas. Porque em muitos casos da história nós temos visto que quem denuncia acaba por ser vítima outra vez, através da exposição pública. Depois o segundo foco tem a ver com a prevenção. E a comissão está a fazer tudo que está ao seu alcance, trabalhando com outras instituições de modo que a prevenção seja uma realidade. Ou seja, criar na cabeça e no coração de todos os agentes pastorais do mundo eclesial, se assim podemos dizer, nas IPSS que estão na nossa tutela, todas as realidades pastorais da Igreja, definitivamente sermos capazes de que todos entendam aquilo que o Papa nos pede. Tolerância zero e transparência total. Isto é um trabalho que tem de ser feito. A pandemia veio desarticular a possibilidade dos encontros, mas já estamos outra vez em condições de retomar.

A comissão tinha dois desafios imediatos: criar condições para apresentação das denúncias, salvaguardando em primeiro lugar a pessoa, a vítima, e tudo fazer para tentar diminuir tudo aquilo que foi e que é a sua vivência, historial e as circunstâncias que viveu, e prevenir aquilo que possam ser situações futuras. Falta aqui uma parte, que é: e o passado? A jornalista do Público perguntou-me o que é que eu achava de em Portugal se fazer um processo como em França. E eu respondi que o problema da pedofilia infelizmente é transversal à sociedade e que até a realidade nos diz que mais de 90% da realidade dessas situações, infelizmente,



acontecem no contexto familiar. E eu disse, a fazer-se, já agora, eu defenderia que não fosse exclusivamente nos casos eclesiais. Que fizéssemos um trabalho sério e profundo em toda a sociedade. Ora isto foi o pecado. Que não fiquem dúvidas: em matéria de gravidade nos casos de pedofilia eu coloco os padres no primeiro lugar. Todos os domingos estão num púlpito a falar da verdade, dos valores, da dignidade, portanto é uma situação de gravidade extrema, não tenho dúvida absolutamente nenhuma. Agora, eu sou bispo desde março de 2019; criámos a comissão em abril. Eu tenho feito tudo o que posso e não posso, o que devo



e não devo, visivelmente e subterraneamente, para que as coisas aconteçam, naquilo que é o meu entendimento do que é o certo. Agora, dói profundamente quando a interpretação é exatamente ao contrário. Infelizmente 90 e tal por cento dos casos de abusos sexuais de menores continuam a acontecer nas famílias. Repito, a gravidade maior é ser realizado por um eclesial. Agora, o fenómeno, infelizmente, tem que ser atacado sem misericórdia transversalmente na sociedade.

Tem a noção de que a realidade em Portugal é da mesma escala, do mesmo nível, por exemplo daqueles números que foram revelados em França?

Eu não li detalhadamente, mas o relatório diz que foram apresentadas 3 mil denúncias, que foram validadas, depois diz que do estudo dos arquivos foram identificados dois mil e não sei quantos, e depois diz que foi aplicado um algoritmo que leva a concluir que em França poderão ter existido 209 mil casos. Isto não é sério. E por isso nós na Igreja, através das comissões, temos que criar todas as condições necessárias para que o circuito da denúncia funcione sem pôr em causa a transparência, mas que defenda as pessoas. As vítimas não podem voltar a ser vítimas por nossa causa. E isto implica fazer as coisas com segurança, com os profissionais que existem na área e que devem ser chamados. Em Lisboa, na nossa comissão, tenho o Souto Moura, antigo procurador, tenho um antigo diretor nacional da PSP, tenho um antigo inspetor da PJ, tenho o Pedro Strecht, diretor de saúde mental, tenho um pedopsiquiatra, portanto tenho especialistas de todas as áreas para que sejamos capazes de garantir que uma qualquer pessoa, que tem uma situação familiar estabilizada, vai abrir o coração, vai partilhar e nós vamos agir em conformidade, mas ele não vai ser vítima outra vez. O Papa dizia há tempos que isto que isto é uma ferida que nunca cicatriza.

O Papa tem dado diretrizes claras à Igreja de combate frontal a essa realidade...

A sensação que eu tenho é que neste e noutros casos, o comportamento da Igreja foi muito similar, e isto não é desculpa, mas foi muito similar a quando na nossa família há um problema. A primeira reação é encobrir e tentar resolver da maneira mais discreta possível. Muito raramente o pai pega no filho pelas orelhas e vai levá-lo à esquadra, acontece mas é muito raro. O expediente da exportação geográfica dos problemas nunca resolveu nada, apenas fez uma coisa, espalhou. Mudámos o problema de sítio. Temos que ter consciência que o Papa João Paulo II, depois o Papa Bento XVI, de maneira mais contundente, e agora o Papa Francisco têm puxado a barca com todas as forças, às vezes com a sensação de serem únicos, sozinhos, puxando a barca para o rumo certo. E há esta expressão forte: tolerância zero, transparência total.

Está no conselho de gerência do grupo Rádio Renascença. Como é que o grupo se tem aguentado?

Todos os grupos têm uma situação de grande dependência da publicidade das empresas. As empresas espirram e a comunicação social

fica com pneumonia. De umas crises para as outras o valor total da disponibilidade de publicidade das empresas desce e nós ficamos sempre pior do que o que estávamos. Estamos a recuperar, mas sabemos que já não vamos voltar aos níveis anteriores. Nós estamos no meio de uma mudança para a época digital. Muitos continuam a dizer que ela vem aí, ela não vem aí ela já aconteceu. Na Renascença multimédia, estamos, nos últimos anos, a ter cada vez menor receita para aquilo que é a necessidade do grupo viver de modo sustentável. Os custos mantêm-se ou aumentam e isto, no fim, vai dar asneira. O conselho de gerência do grupo Renascença multimédia decidiu, no início da pandemia, que não transferiríamos para os nossos trabalhadores nenhuma consequência. Os trabalhadores do grupo Renascença multimédia tiveram sempre a remuneração, os seus subsídios, os seus extras, durante toda a pandemia. Isso significou que o pé-de-meia que nós tínhamos desapareceu. Fiquei feliz, mas isso agora não é possível repetir.

Para assegurar a qualidade da democracia o Estado deve ajudar financeiramente a comunicação social?

Eu estive no último encontro promovido pelo sindicato dos jornalistas, na cidadela de Cascais, sobre financiamento dos media. Concluí que ninguém se entende. Os jornalistas, empresas, dirigentes, ninguém se entende. O que aconteceu de mal nesta última ajuda do governo? Não foi um subsídio a fundo perdido, foi uma compra antecipada de publicidade. Foi uma ajuda a meia haste, digamos assim. Com os custos inerentes de contabilidade. Depois nas redações a leitura foi a de que o governo estava a comprar os media. Isto é: nós fomos pedir ajuda, o governo ajudou e as consequências na imagem do executivo foram tão graves que se fosse comigo não repetiria. Temos que perceber isto: quais são as possibilidades do Estado ajudar os media sem interferir na sua liberdade ou linha editorial, sem parecer que há uma relação perigosa? Não sei. Há quem defenda que o subsídio deve ser ao cidadão; outros defendem ajuda direta aos jornalistas. E as empresas? O que eu sei é que, como dizia Einstein, se continuarmos a fazer o mesmo à espera de resultados diferentes isto vai acabar mal.

É bispo há dois anos e meio... Qual é o balanço que faz?

Há uma tensão permanente, uma dialética, entre aquilo que eu quero dizer, eu quero fazer, eu quero ser e o travão intrínseco daquilo que o bispo deve ser, deve dizer ou deve fazer. Há, no entanto, sempre uma consciência profunda da responsabilidade de ser um sucessor dos apóstolos, mas também a liberdade de ter escolhido dar a própria vida, testemunhar, falar do Cristo vivo, nas mais diversas condições, ser voz dos que não têm voz, ser capaz de gritar por aqueles que mais sofrem. Às vezes consigo, outras as circunstâncias condicionam-me.

Gostava de vir a ser bispo do Porto?

Se eu responder sim ou se responder não... pode cair o Carmo e a Trindade.

JOSÉ A. DA SILVA PENEDA
Economista



A pobreza em Portugal

Estatísticas oficiais da União Europeia recentemente divulgadas dizem que a taxa de risco de pobreza dos idosos no nosso País subiu de 20,2% em 2019, para 21,4% em 2020. Nas crianças essa taxa também aumentou no mesmo período de 21,6% para 21,9% e, nos idosos, de 20,2% para 21,4%.

Neste conceito de risco de pobreza cabem todas as pessoas cujo rendimento fica abaixo de 60% do rendimento mediano por adulto de cada País, o que equivale a cerca de 540 euros mensais. O número de pobres em Portugal já ultrapassa assim os 2 milhões.

Seguramente que por trás do agravamento destes números estão os efeitos da pandemia, mas não podemos deixar de considerar que foi neste período que se puseram de pé políticas públicas de natureza social muito fortes. Enquanto na crise anterior verificada entre 2010 e 2013 as políticas públicas de apoio social não foram ativadas ou até diminuíram de intensidade, como foi o caso do rendimento social de inserção, recentemente passou-se o contrário, como aconteceu, por exemplo, com o “lay-off” que beneficiou largos milhares de pessoas. Não fora as medidas tomadas durante a pandemia, o agravamento do número de pessoas em situação de pobreza ainda seria muito maior. Significa que o Estado Social funcionou, gastou muito dinheiro, mas, mesmo assim, o número de pobres aumentou.

Acontece que a maior parte dos pobres não o são por não terem emprego ou por dependerem de apoios sociais que minorizam a ausência de salário. A verdade é muito dura de ouvir, mas o certo é que a maioria dos pobres em Portugal trabalha. E entre os que trabalham, a maior parte dos que são classificados como pobres tem vínculos laborais sem termo e auferem, pelo menos, o salário mínimo.

São pobres porque auferem salários baixos ou têm empregos precários. 33% dos pobres, em Portugal são trabalhadores, 26,6% dos quais precários e só 13% é que são desempregados. Trata-se de uma situação inaceitável, que mostra como a nossa sociedade está gravemente doente.

Outro indicador muito importante é o que mede quão distante está o rendimento das pessoas mais pobres do valor fixado para o limiar da pobreza. Chama-se a este indicador, taxa de intensidade da pobreza.

Em Portugal essa taxa é de 24,4%, o que significa que a média do rendimento mensal dos mais pobres anda à volta de 414 euros.

Se conjugarmos estes dados sobre a pobreza com o nível de distribuição de rendimento, os últimos dados disponíveis, que são de 2019, mostram que em Portugal os 20% mais ricos auferem 5 vezes mais rendimento do que os 20% mais pobres. Se olharmos para a proporção da riqueza dos 10% mais ricos face aos 10% mais pobres, este valor

sobe para 10 vezes.

Temos assim um problema de forte desigualdade que tem como consequência o enfraquecimento da classe média, e é sabido que uma sociedade com uma classe média débil não pode almejar a ser uma sociedade com altos níveis de desenvolvimento.

O salário mínimo pode ser um poderoso instrumento para tirar da pobreza um considerável número de pessoas, especialmente se tivermos em consideração que uma parte significativa dos que são pobres têm emprego. Recentemente têm ganho força algumas teorias, como por exemplo as defendidas por David Card e Alan Krueger, recentemente galardoados com o Prémio Nobel da Economia, que pretendem demonstrar que o aumento do salário mínimo não tem como consequência a diminuição da criação de emprego. Com base na mesma linha de orientação, a Alemanha, através das formações políticas identificadas com os verdes e os liberais, propuseram um aumento do salário mínimo de 25%.

Sendo esta tendência de aplaudir há que ter em conta que o tecido empresarial na Alemanha, tem elevados níveis de produtividade e competitividade que estão muito distantes dos que se verificam no nosso País. Por isso é que eu insisto que as medidas que conduzam ao reforço da competitividade e produtividade das nossas empresas não podem ser vistas apenas como medidas de natureza económica. Elas devem ser vistas também como uma poderosa alavanca para tornar a nossa sociedade menos desigual.

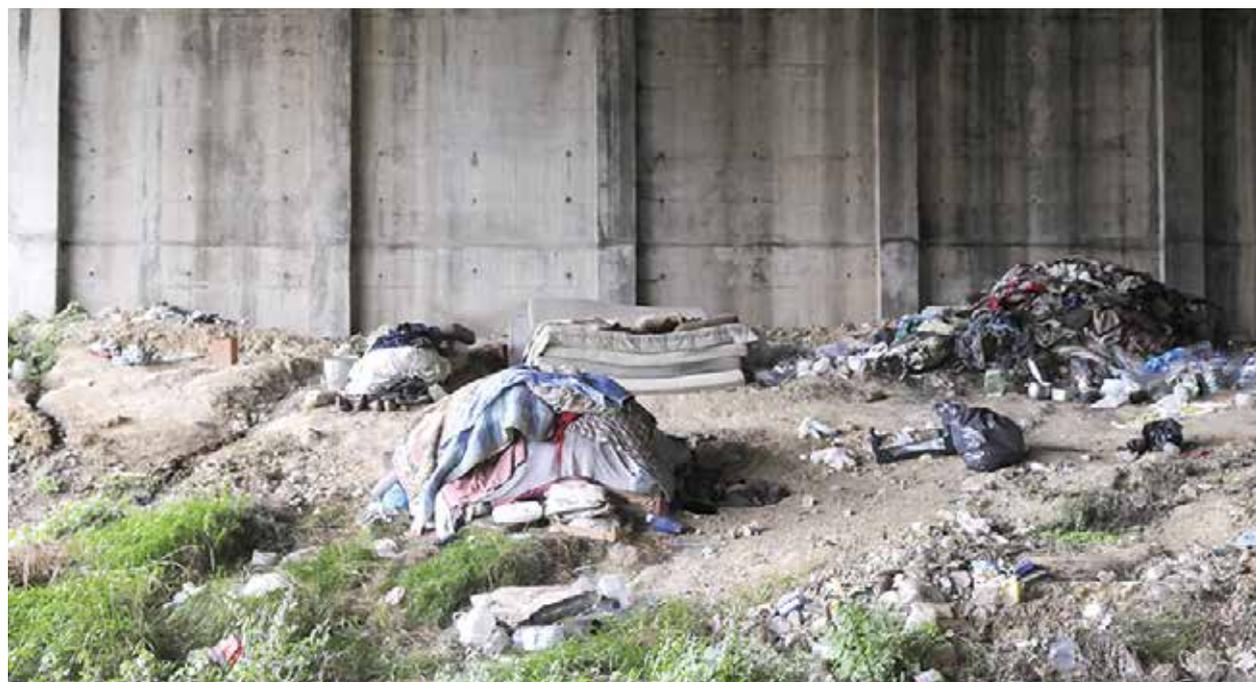
Mas não se pode ficar com a ideia que uma só medida de política, por mais poderosa que seja, pode resolver o problema da pobreza e das desigualdades.

É nos grandes centros urbanos que se

encontram em maior número as pessoas em situação de pobreza, exclusão social e os chamados sem abrigo. Cerca de metade das pessoas em situação de privação material severa reside nos grandes centros urbanos.

Está provado que é muito difícil fazer funcionar o chamado “elevador social” quando a base de partida é muito baixa ou quando não se tem acesso a instrumentos fundamentais com vista a uma completa integração na sociedade. Não se pode ambicionar construir uma sociedade mais coesa e menos desigual se não cuidarmos da marginalidade na base da pirâmide etária. Em Portugal, uma em cada cinco pessoas em situação de pobreza é criança e a grande maioria dos seres que nascem em famílias pobres, crescem, vivem e morrem pobres. Por isso, um domínio prioritário da política nacional de combate à pobreza tem de se focar na pobreza infantil.

No combate à pobreza o papel reservado ao nível local tem de ocupar uma posição de relevo. Paralelamente a uma visão integrada, articulada e coerente da política social, a busca de soluções terá de ser encontrada na base da proximidade, com o envolvimento dos destinatários, das instituições particulares de solidariedade social, das autarquias e dos serviços pertencentes à administração central, designadamente segurança social, educação, emprego e habitação. Sem este pressuposto de organização poucos ou nenhuns resultados se poderão alcançar.



HENRIQUE RODRIGUES

Presidente do Centro Social de Ermesinde

Com alegria, o voto

1 - Claro que, por razões de idade e condição, deveria acolher com a prudência própria dessas circunstâncias pessoais o respeito pelos ciclos eleitorais, aguardando serenamente pelo termo do prazo canónico de quatro anos para punir, pelo meu voto, quem me tenha desiludido com a forma como me governou em cada ciclo, e para premiar, pelo mesmo mecanismo, quem me proponha o mundo que seja aquele em que ambiciono viver.

Trata-se de um princípio que, ao que lembro, não sofreu nunca excepções: o primeiro impulso é o de punir; e só depois vem a escolha, sempre com o alvoroço e o desejo da mudança.

Também não tenho variado noutra registado: raramente repito o voto no partido ou no conjunto de partidos a cujo espaço mais sinto pertencer, uma vez que, tendo votado em várias ocasiões nessas formações de que me sinto mais próximo, contribuindo para a sua vitória, nunca deixei de me sentir ludibriado pela forma como essas forças pastorearam os negócios públicos e os meus interesses privados – impondo-me o dever de tentar o seu afastamento, nas eleições seguintes, como castigo por mais essa desilusão.

Mas é sempre com alegria que cumpro o ritual do voto, com o cravo libertador de Abril no peito e a esperança que já deveria saber pueril de melhorar o mundo – e, mais do que o mundo, o meu País.

Por isso, não me comove particularmente a interrupção a meio dos mandatos e das legislaturas; pelo contrário, esses incidentes permitem-me encurtar os prazos para manifestar a minha desilusão ou para depositar uma nova esperança.

Para participar, em suma!

Por mim, poderia haver eleições todos os anos, para aproximar o mais possível a democracia representativa que nos rege, quase sempre traindo o mandato recebido, da democracia directa – que, não fosse por ser impraticável, deveria ser a ambição dos sistemas políticos, fazendo-nos participar directamente nas decisões que nos dizem respeito.

2 – Nessa medida, satisfaz-me a dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições no fim de Janeiro próximo, antecipando em mais de um ano e meio a data regulamentar em que, segundo o cânone, se deveriam realizar.

Não sei se era isso que verdadeiramente pretendia o Presidente da República.

Quem o saberá?

Mas não é nenhuma temeridade pensar que, para o analista, comentador e criador de factos políticos que é como que o heterónimo do Presidente da República, o aviso de dissolução

do Parlamento se o Orçamento não passasse era como abrir a caixa de Pandora – dando aos partidos que desejassem, como eu, eleições antecipadas, o pretexto para enrodilharem o debate parlamentar, inviabilizando quaisquer entendimentos que permitissem a aprovação desse documento fundamental.

Pelo que pude perceber, pelas versões que chegaram a público, as divergências entre o Partido Comunista e o Governo – as duas forças de mais provável entendimento – centravam-se em quatro tópicos: o alargamento do âmbito pessoal da actualização das pensões e das reformas; o reforço do Serviço Nacional de Saúde, o adiamento do prazo de sobrevivência dos contratos colectivos de trabalho e o valor do salário mínimo nacional.

A questão das pensões tem sido um dos temas em que o discurso e a propaganda oficial mais se afasta da realidade.

Na verdade, aquando da aprovação do Programa do 1º Governo de António Costa, em 2015, e no contexto do “virar da página da austeridade” então proclamada, elegeu-se como prioritária a reposição de rendimentos da classe média, tão martirizada nos tempos da troika, com cortes em salários e pensões.

Como se sabe, é a classe média que suporta a despesa pública: os pobres não pagam impostos; nem os ricos...

Essa reposição de rendimentos procedia de uma dupla estratégia: a do alívio fiscal, através de uma desagregação dos escalões correspondentes a esses segmentos de contribuintes; e a da reposição do valor de compra das pensões, para os níveis anteriores aos do confisco determinado pelo Governo da troika e pelos liberais que de novo espreitam, através do assalto ao PSD.

Até agora, e já lá vão seis anos após 2015, nem alívio fiscal, nem reposição de pensões.

(Ainda no sábado passado, 6 de Novembro, num programa em directo de uma rádio do Grande Porto, que mantenho há mais de vinte anos, uma ouvinte se lamentava do facto de ter trabalhado, como funcionária pública, durante mais de 44 anos, ter tido uma pensão de aposentação regulamentar de 800,00 euros, de tal pensão ter sofrido uma ablação de 120,00 euros durante o Governo de troika – e de esse corte se manter ainda hoje.

Aí está uma cidadã a quem conviria que o Orçamento tivesse passado – uma vez que o Partido Comunista já tinha concordado com o Governo no alargamento às pensões até cerca de 1.100,00 euros da actualização extraordinária prevista para 2022.

Mas a verdade é que a generalidade das pessoas reformadas, quer no Estado, quer no âmbito do Centro Nacional de Pensões, nos níveis correspondentes à classe média, têm ainda hoje

pensões de aposentação e reforma de montantes inferiores aos de há 10 anos!)

O mesmo se diga do alívio fiscal da mesma classe média, em que foram escolhidos minuciosamente dois escalões cuja desagregação não tivesse grande significado na diminuição da receita – e não contemplasse a dita classe média.

3 – Quanto ao alargamento do prazo de sobrevivência das convenções colectivas, ao que nos informou a imprensa, também havia acordo entre o Governo e o Partido Comunista, concordando ambas as partes no diferimento sem prazo dessa sobrevivência.

Não foi, portanto, por aqui que a corda rompeu.

O mesmo se diga quanto ao Reforço de Serviço Nacional de Saúde – em que o clima geral de reconhecimento pelo papel que o SNS representou no contexto do combate à pandemia augurava um fácil entendimento à esquerda.

Não só com o Partido Comunista, mas também particularmente com o Bloco de Esquerda, autor, com o PS, de uma proposta comum de reforma do SNS, da lavra de António Arnault e de João Semedo, ainda antes da pandemia.

Resta o valor do salário mínimo nacional, em que as propostas do Governo e do Partido Comunista se afastavam de forma significativa: 705,00 euros já decididos pelo Governo, contra 850,00 reivindicados pelo Partido Comunista.

Mas, sabido que o tempo político do Partido Comunista não corre tão depressa como o dos outros partidos, e conhecida a sua estratégia de avanço por pequenos passos, também não parece ter sido este o motivo da ruptura.

Falta-nos – parece – informação suplementar para perceber o que se passou.

Mas quero crer que o PS aproveitou o anúncio precoce do Presidente da República para obter sem ónus as eleições antecipadas que em segredo desejava; ou, ao invés, que o mesmo PS teria caído na armadilha que Marcelo Rebelo de Sousa lhe estendeu, por desejar, este sim, a dissolução, tendo em conta a tendência de descida do PS que as autárquicas evidenciaram.

A ver vamos a quem vai calhar o brinde.

Até pode não calhar a nenhum... E ser tudo ao contrário do que, quer um, quer outro, secretamente desejavam!

CENTRO SOCIAL DE SOUTELO, GONDOMAR

Sustentabilidade e inclusão na passerelle do Portugal Fashion

O Projeto (Re)Veste, do Centro Social de Soutelo, chegou à passarela do Portugal Fashion 2021 no derradeiro dia de desfiles na Alfândega do Porto.

O projeto (Re)Veste, da instituição de Rio Tinto, concelho de Gondomar, visa promover a inclusão social e a empregabilidade de jovens portadores de deficiência ou com necessidades educativas especiais (entre os 15 e os 35 anos), com a dinamização de oficinas semanais para o desenvolvimento de competências sociais e pessoais, oficinas de literacia digital e oficinas de customização de roupa.

Com a oficina de customização de roupa o projeto pretende criar uma cooperativa social de transformação de roupa e posterior venda das peças executadas pelos beneficiários numa loja online, promovendo assim a criação de empregos próprios.

A filosofia do projeto prende-se com a sustentabilidade ambiental e uma economia circular, materializada na criação de coleções com roupas excedentes de empresas parceiras, atribuindo-lhes uma nova «roupagem», ajudando ainda a combater o estigma da roupa em segunda mão.

A moda “é um veículo motivacional para a transformação social”, porque incentiva o trabalho de desenvolvimento pessoal dos participantes, afirmou, na altura, Mariana Eugénio, coordenadora do projeto.

A presença no Portugal Fashion foi uma oportunidade “extraordinária e fantástica”, pelo



inédito e pioneiro: “Não há assim muitos jovens e adultos com este tipo de diagnóstico a apresentar coleções, especialmente em grupo”.

No final do desfile, a ovação estendeu-se a toda a equipa que colaborou na elaboração da coleção e que se encontrava na primeira fila.

Nesta primeira participação no Portugal



Fashion, o projeto (Re)veste apontou a sustentabilidade e a inclusão como um caminho futuro possível de trilhar na indústria da moda.

PRÊMIO BPI SENIORES

Um milhão de euros para combater o isolamento social dos idosos

A 9ª edição do Prémio BPI Seniores atribuiu um milhão de euros a

34 projetos que visam dar respostas sociais aos problemas da solidão emocional e social dos mais velhos, evitando o progressivo isolamento da comunidade.

As candidaturas vencedoras receberam em média cerca de 30 mil euros e vão apoiar cerca de quatro mil idosos em situação de vulnerabilidade.

A iniciativa recebeu 228 candidaturas e os projetos distinguidos pretendem oferecer respostas sociais nas áreas de promoção da autonomia pessoal e apoio às atividades diárias; prevenção da

fragilidade; intervenção em situações de solidão não desejada e em isolamento social e digital; dinamização do envelhecimento ativo, nomeadamente na promoção de hábitos de vida saudáveis; incentivo de ações comunitárias e de voluntariado; e apoio da melhoria da qualidade de vida das pessoas em situação

de dependência, doença crónica ou cuidados paliativos.

Os projetos premiados na edição 2021 do Prémio BPI Fundação «la Caixa» Seniores foram apresentados pelas seguintes instituições: Associação do Centro Social de Escapães, Associação Juvenil Transformers, ANAI - Associação Nacional de Apoio ao Idoso, Benéfica e Previdente - Associação Mutualista, Centro Comunitário de S. Martinho de Dume, Centro Comunitário de Tires, Centro de Acolhimento São Pedro, Centro de Bem-Estar Social da Zona Alta (Torres Novas), Centro de Dia de São Silvestre de Escalões de Baixo, Centro Paroquial de Bem-Estar Social de São Julião de Monte do Trigo, Centro Paroquial de Bem-Estar Social de Almalaguês, Centro Social Cultural e Recreativo de Quimbres, Centro Social da Musgueira, Egas Moniz - Cooperativa de Ensino Superior, Fundação Bissaya Barreto, Instituto das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus - Centro Psico geriátrico Nossa Senhora de Fátima,

Instituto das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus - Casa de Saúde Rainha Santa Isabel, Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Trofa, Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Riba D´Ave, Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, PASEC - Plataforma de Animadores Socioeducativos e Culturais, Passo Positivo - Associação de Ação Social, PROBRANCA - Associação para o Desenvolvimento Sócio-Cultural da Branca, Provectus - Associação em Prol da Terceira Idade, Santa Casa da Misericórdia de Alcobaça, Santa Casa da Misericórdia de Oliveira de Azeméis, Santa Casa da Misericórdia de Pampilhosa da Serra, Santa Casa da Misericórdia de Pombal, Santa Casa da Misericórdia do Bombarral, Santa Casa da Misericórdia do Fundão, Semente Levamos Vida - Associação Humanitária, SOPRO - Organização não Governamental de Solidariedade e Promoção, Suão - Associação de Desenvolvimento Comunitário, USE - Universidade Sénior de Évora.

CÁRITAS DIOCESANA DE LISBOA

«10 Milhões de Estrelas» por um Natal mais inclusivo

É já no dia 14 de novembro (Dia Mundial dos Pobres) que a Campanha «10 Milhões de Estrelas» vai para o terreno, naquela que é a 19ª edição. Uma vez mais, o propósito é “iluminar os nossos dias de esperança e paz e convidar todos os cristãos, mulheres e homens de boa vontade, para um renovado compromisso a favor do bem-estar de quem está hoje numa situação de pobreza e exclusão social”.

A iniciativa já apoiou 15 projetos internacionais e três emergências em Portugal e pretende continuar a fazê-lo através da ação das Cáritas Diocesanas, para as quais revertem 65% do resultado total da campanha, e da Cáritas Portuguesa, a quem serão confiados os restantes 35%, para que possa apoiar projetos que visem atenuar ou anular os efeitos das alterações climáticas sobre as pessoas. Antigas e novas situações de pobreza e exclusão, resultantes dos efeitos da pandemia sobre milhares de famílias, continuam a ser os grandes desafios colocados à missão de cada Cáritas Diocesana.

“A construção da paz e a afirmação de uma maior justiça social, presente em reais gestos de solidariedade e empatia para com o próximo em dificuldade” são os principais objetivos por detrás da aquisição de uma vela branca ou vermelha, proposta pela campanha, durante o período que antecede o Natal.

Acesa na noite de Natal, a vela pretende ser “sinal de uma concreta forma de vida pessoal e familiar, alicerçada nos valores do Natal e seriamente comprometida com a construção de uma sociedade inclusiva de todos, que o mesmo é dizer, de uma verdadeira Fraternidade Global”.

As velas podem ser compradas nas diversas paróquias e nas lojas Pingo Doce. O preço por vela, com e sem caixa, é de 2,5€ e 2€, respetivamente.

COIMBRA

Por outro lado, num momento tão especial como é o Natal, a Cáritas de Coimbra pretende, com a ajuda de toda a comunidade, apoiar cerca de 200 famílias, com os habituais cabazes que todos os anos entrega.

Todos os Natais, a Cáritas de Coimbra entrega às famílias que apoia cerca de 200 cabazes de Natal, compostos pelos bens que recheiam as mesas dos portugueses nesta época festiva. Este ano, a instituição, através do seu Centro de Apoio Social, irá disponibilizar as características destas famílias, para que os interessados possam escolher qual a família que querem apoiar.

A Cáritas de Coimbra irá, assim, disponibilizar brevemente uma lista com as diferentes tipologias de famílias, preservando o seu anonimato, bem como os procedimentos inerentes à campanha.

Na iniciativa não ficarão esquecidos os brinquedos novos para as crianças, os produtos de higiene e os produtos que farão parte das ceias de Natal destas 200 famílias: bolo-rei, óleo, bolachas, feijão, grão, compota ou mel, produtos hortícolas, bacalhau, farinha, leite, atum, queijo, produtos de higiene, azeite, açúcar, cereais ou papas, salsichas e produtos congelados.

Em 2020, a Cáritas Diocesana de Coimbra apoiou 664 famílias, num total de 1.682 pessoas, quer em bens materiais, quer no pagamento de despesas básicas mensais.



DANÇANDO COM A DIFERENÇA, FUNCHAL

Projeto «INSUL'Arts» quer dinamizar a arte e a cultura na Madeira

No passado mês de outubro, em nome da Dançando com a Diferença, Henrique Amoedo apresentou o projeto «INSUL'Arts», um dos nove projetos financiados através do ConnectingDots - Mobilidade Artística, gerido pela DGArtes, na qualidade de Parceiro do Programa Cultura dos EEA Grants Portugal.

O projeto foi apresentado no Museu Nacional do Teatro e da Dança como um projeto que, em parceria com DybwickDans (Noruega), Câmara Municipal do Funchal e Teatro Viriato, procura repensar os limites sociais, criativos e educativos da ilha da Madeira com recurso às artes performativas e incentivo aos jovens talentos regionais.

O «INSUL'arts» procura a criação de um

novo dinamismo artístico e cultural na Região Autónoma da Madeira, com recurso ao desenvolvimento de uma oferta programática em artes contemporâneas.

Partindo de uma consciencialização acerca do conceito ilha e refletindo todos os constrangimentos dessa condição insular da Madeira, o «INSUL'arts» surge como rutura dessa austeridade, erguendo sobre os seguintes alicerces: Igualdade e participação - usufruto de espetáculos e atividades artísticas pelas populações residentes em espaços periféricos dentro da Ilha; Formação e sustentabilidade - desenvolvimento e capacitação dos jovens artistas e estruturas regionais para o trabalho nas artes e cultura em âmbito nacional e internacional, fomentando a

empregabilidade artística em espaços insulares; Criação e transformação - contribuir para a transformação e futuro do espaço insular num local ideal para o trabalho, profissionalização e consumo artístico, visando a aproximação das artes dos diferentes sistemas sociais, educativos e culturais existentes no território.

Assim, ao longo do mês de outubro as equipas do projeto «INSUL'Arts» têm iniciado contactos com alguns dos diferentes parceiros para definir as guidelines de trabalho e operacionalização das diferentes atividades.

Dançando com a Diferença tem por missão “promover a Inclusão Social e Cultural através da Dança Inclusiva”, sendo um grupo de dança que tem pessoas com e sem deficiência no seu elenco.



Servimos bem-estar.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em *outsourcing*.



GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS



SERVIÇOS PARTILHADOS



RESTAURAÇÃO COLETIVA



RESTAURAÇÃO PÚBLICA E CATERING DE EVENTOS



VENDING



REPRESENTAÇÕES E LOGÍSTICA



PRODUÇÃO ALIMENTAR



SEGURANÇA HUMANA E ELETRÓNICA



LIMPEZA



BENEFÍCIOS E INCENTIVOS



TRABALHO TEMPORÁRIO E OUTSOURCING

 WWW.TRIVALOR.PT

 [LINKEDIN/COMPANY/TRIVALOR-SGPS-SA](https://www.linkedin.com/company/trivalor-sgps-sa)

RUA DA GARAGEM, N.º 10 - 2790-078 CARNAXIDE
TELEF.: 210 420 005 / 210 420 808
FAX.: 210 420 098 / 214 249 488
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

GUARDA

UDIPSS, Segurança Social e Politécnico juntos em projetos de apoio aos idosos do distrito

O Instituto Politécnico da Guarda (IPG) vai desenvolver projetos de investigação e de formação nas áreas do envelhecimento, da educação social e do envelhecimento ativo na região.

A iniciativa do IPG surge no âmbito de uma parceria estabelecida com o Centro Distrital da Guarda do Instituto da Segurança Social e com a União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social (UDIPSS).

O protocolo de cooperação foi assinado durante uma reunião entre o diretor do Centro Distrital da Guarda da Segurança Social, António Carlos Martins, o presidente da UDIPSS da Guarda, Rui Reis Pais, e o presidente do IPG, Joaquim Brigas.

A parceria prevê a criação de “programas que permitam intervir junto dos cidadãos seniores e de populações em situação de fragilidade”, com vista à autonomização destes e à sua melhor integração social, e a promoção de abordagens transgeracionais e integradoras que promovam o “bem-estar e a saúde física e mental da população mais idosa”, segundo as entidades envolvidas.

No âmbito do protocolo, as mesmas

entidades também irão organizar formações, conferências e seminários.

“Esta parceria é muito importante para o arranque de iniciativas que visam melhorar a qualidade de vida da população idosa da região. A proximidade e a experiência de trabalho do Centro Distrital da Guarda da Segurança Social e da União Distrital das IPSS da Guarda em lares e IPSS são determinantes para o desenvolvimento de programas eficazes”, afirma Joaquim Brigas, presidente do IPG.

Segundo o responsável, aquela instituição de ensino superior irá “colaborar ativamente na formação e na investigação na área da educação social gerontológica”.

“Numa altura em que o setor solidário é um dos setores que mais emprega na nossa região, revela-se absolutamente essencial esta parceria para atualizar os conhecimentos dos recursos humanos que já trabalham na área social e para preparar novos dirigentes capazes de inovar e de ampliar o desempenho das instituições”, afirma Rui Reis Pais, presidente da UDIPSS da Guarda.

O responsável sublinha ainda que “a



competência dos docentes e dos investigadores do Politécnico da Guarda será determinante nesta especialização”.

Na mesma nota, António Carlos Martins, diretor do Centro Distrital da Guarda da Segurança Social, afirma que a instituição que dirige está empenhada “em colaborar com entidades da região no sentido de promover melhores condições de vida aos idosos para que possam envelhecer de forma saudável e para que continuem a ser úteis na sociedade”.

“Esta união com o IPG e com UDIPSS da Guarda vai permitir melhorar as condições das estruturas de apoio a idosos no distrito da Guarda, com recursos humanos qualificados”, conclui.

SOLIDÁRIOS CONSIGO DESDE 1995

CNT CONTABILIDADE ESNL	UTC UTENTES CT (CERTIFICADOS AT)
IMO IMOBILIZADO ESNL	PC PROCESSOS CLÍNICOS UCC
ORC MÓDULO ORÇAMENTOS	PCM PROCESSOS CLÍNICOS MÓVEL
LAN LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE	CP CONTROLO DE PRESENÇAS
ORD ORDENADOS	US UNIDADES DE SAÚDE (ADSE / ARS)
GI GESTÃO DE IMÓVEIS	ACC ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO
ASS ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS	entre outras

- + de 40 Aplicações
- 100% de Satisfação
- + de 900 Clientes
- GRÁTIS Demonstrações sem Compromisso
- Assistência Remota
- Formação online

MORADA: Rua dos Cutieiros, 2556 4835-044 Guimarães

TELEFONE (+351) 253 408 326
TELEMÓVEL (+351) 939 729 729
EMAIL: tsr@tsr.pt

ENCONTRE-NÓS EM www.tsr.pt



ABUSOS SEXUAIS NA IGREJA CATÓLICA EM PORTUGAL

Jesuítas criam “serviço de escuta” para vítimas

A Província Portuguesa da Companhia de Jesus anunciou a criação do Serviço de Escuta, “para acolher, escutar e apoiar pessoas que possam ter sido vítimas de abusos sexuais cometidos” nas suas instituições, seja por jesuítas, colaboradores, funcionários ou voluntários.

Este serviço, com o qual os jesuítas pretendem “atender às necessidades de cada uma das possíveis vítimas, minimizar o seu sofrimento e procurar reparar, de algum modo, o mal que sofreram, na certeza de que não há nada que apague a dor causada por um abuso sexual”, estará disponível a partir de 18 de novembro, Dia Europeu da Proteção das Crianças contra a exploração e o abuso sexual.

Em informação publicada no portal PontoSJ, é indicado que o Serviço de Escuta “pretende acolher denúncias de abusos sexuais que não foram relatados anteriormente” à Província Portuguesa da Companhia de Jesus “ou que, tendo sido, não tenham recebido o tratamento adequado”.

“Todos os casos relatados ao Serviço de Escuta serão analisados e tratados, desencadeando os processos que se afigurem necessários e adequados, seja no foro civil ou canónico”, asseguram os jesuítas portugueses.

De acordo com a informação disponibilizada, “o Serviço de Escuta parte do desejo da Igreja Católica de colocar as vítimas no centro da sua atuação em matéria de abusos sexuais e de curar as suas feridas, na medida em que isso seja possível”.

“Reconhecendo que pode haver pessoas em sofrimento na sequência de experiências tão duras e devastadoras, a Companhia de Jesus em Portugal compromete-se a criar todas as condições de confiança e segurança para que as vítimas possam revelar a sua história”, acrescentam os jesuítas, adiantando que o contacto do Serviço de Escuta pode ser feito diretamente por email (escutar@jesuítas.pt) ou por

carta (morada: Estrada da Torre 26, 1750-296 Lisboa), telefone (217543085), ou presencialmente junto da coordenação do Sistema de Proteção e Cuidado, que dispõe de uma equipa a quem caberá receber e escutar a vítima.

O Serviço de Escuta integra o Sistema de Proteção e Cuidado de Menores e Adultos Vulneráveis (SPC) que a Província Portuguesa da Companhia de Jesus começou a implementar em 2018 em todas as instituições e organizações ligadas aos jesuítas em Portugal, como colégios, paróquias, associações de jovens ou instituições sociais, adiantam.

“Vivemos um contexto internacional onde o drama dos abusos sexuais cometidos no seio da Igreja continua a marcar a agenda mediática e a suscitar desconfiança e perplexidade dentro e fora dos meios eclesiais. Queremos participar neste desejo sincero da Igreja de cuidar de cada pessoa ferida por este flagelo, na certeza de que o passo que agora damos é necessário e inadiável”, justifica o padre provincial, Miguel Almeida.

OPUS DEI QUER A VERDADE

O responsável pelo Opus Dei em Portugal, monsenhor José Rafael Espírito Santo, defende que “o reconhecimento transparente da verdade” ajudará à recuperação da confiança na Igreja, “neste momento ferida” pelos casos de abuso de menores.

O vigário regional do Opus Dei confia que “os bispos portugueses hão de tomar as medidas necessárias e avaliar a oportunidade da investigação sobre o passado” quanto ao abuso de menores no seio da Igreja.

Para monsenhor José Rafael Espírito Santo, “o reconhecimento transparente da verdade certamente ajuda à recuperação da confiança, que está neste momento ferida”, pelo que recorda as palavras do papa emérito Bento XVI, “na altura em que começou a revelar-se cada vez mais uma questão prioritária: ‘Só a verdade salva’”.

O padre José Rafael Espírito Santo é

perentório: “Estamos todos cada vez mais conscientes do efeito devastador e, em grande medida, irreparável que uma experiência de abuso provoca na vítima”.

“É um crime terrível e um pecado gravíssimo, uma enorme traição ao amor de Deus por nós e ao dom do sacerdócio, e por isso pedimos a Deus que cure e conforte as vítimas, atraia à conversão os culpados, e a todos nos ajude a ser proativamente vigilantes”, afirma o vigário regional do Opus Dei, acrescentando que, “como para a Igreja a preocupação pelas vítimas é uma cada vez maior prioridade, é bom tudo o que se faça concretamente para abrir as portas à escuta e acolhimento das pessoas que têm essas feridas profundas dentro de si, e com elas fazer o possível para o reconhecimento da verdade, a reparação dos danos e a reconstrução de vida”.

Para o padre José Rafael Espírito Santo, é também imperioso que se aposte na “formação de todos os que lidam com crianças e jovens em prevenção e cuidado”.

Quanto ao acompanhamento que o Opus Dei em Portugal está a fazer deste tema, tem em vigor um protocolo que dá cumprimento às orientações do Papa Francisco, do Prelado do Opus Dei e da Conferência Episcopal Portuguesa “para a prevenção e investigação destes casos, além de que a Prelatura só presta atendimento pastoral a iniciativas que tenham adotado procedimentos no relacionamento com menores de cuidado e prevenção”.

“Até ao momento, em Portugal não tivemos nenhuma sinalização relativa ao clero do Opus Dei”, assegura.

O Opus Dei tem em Portugal um Comité Assessor para a questão da proteção de menores, órgão consultivo do vigário regional, composto por cinco pessoas, sendo presidido pelo padre João Paulo Pimentel, da paróquia de Telheiras, em Lisboa, e coordenado pelo advogado Paulo Sousa Pinto, e Fátima Fonseca, especialista em acompanhamento familiar.

COMBATE À PANDEMIA

Municípios e CIM vão receber 57 milhões de euros

Os municípios e as comunidades intermunicipais (CIM) vão receber 57 milhões de euros para compensar os custos com a pandemia, após aprovação das candidaturas feitas ao Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE), anunciou o Governo.

Segundo uma nota enviada pelo Ministério do Planeamento, em todo o território nacional, candidataram-se a esta ajuda 237 municípios a título individual e 32 integrados em sete CIM.

“Dos 63 milhões de despesas elegíveis apresentadas, o FSUE deverá cobrir 88% deste montante, absorvendo a totalidade dos 57 milhões atribuídos a Portugal por este fundo”, segundo a nota da tutela, referindo que as principais despesas apresentadas “visam a cobertura de

custos de aquisição de equipamentos de proteção individual, como máscaras, luvas ou batas”, no âmbito da pandemia de covid-19.

De acordo com a mesma informação, segue-se a fase de contratação e de pagamentos, “após a assinatura do termo de aceitação dos apoios pelos municípios e pelas CIM”.

“Será processado um adiantamento no valor de 65% do apoio aprovado até ao máximo de 97,5 mil euros. O pagamento dos restantes 35% será feito após apresentação e verificação das despesas, de forma a garantir que todos os custos a financiar cumprem o regulamento do FSUE”, justifica a tutela. Este concurso foi lançado na sequência da decisão do Governo de atribuir às câmaras municipais o apoio conseguido por

Portugal, no âmbito do Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE), “tendo em conta o papel fundamental e insubstituível das autarquias locais na resposta à emergência social e sanitária, na prevenção, proteção e apoio à população, e em especial aos grupos mais vulneráveis”, lê-se ainda na nota.

A covid-19 provocou pelo menos 5.020.845 mortes em todo o mundo, entre mais de 248,03 milhões infeções pelo novo coronavírus registadas desde o início da pandemia, segundo o mais recente balanço da agência France-Presse.

Em Portugal, desde março de 2020, morreram 18.184 pessoas e foram contabilizados 1.094.048 casos de infeção, segundo dados da Direção-Geral da Saúde.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



A falta que nos faz uma boa teoria da inflação

No recente encontro do BCE em Sintra, um conhecido economista disse que nos falta uma teoria da inflação. Sábias palavras! De facto, conhecemos mal os mecanismos que governam o andamento dos preços.

Durante muito tempo pensámos ter na curva de Phillips um modelo robusto. Basicamente tratava-se de escolher entre ter menos desemprego e tolerar um pouco mais de inflação ou controlar a inflação à custa de um pouco mais de desemprego.

Soava bem para os ouvidos acostumados a economês, ou não houvesse aqui uma vaga reminiscência da curva dos limites da capacidade de produção, não raramente vertida para o aforismo popular sobre a antipática, mas inelutável escolha entre mais canhões e menos manteiga ou vice-versa.

Contudo, já sabíamos que o modelo aqui e ali perdia poder explicativo. Por exemplo, antes da pandemia vivemos com taxas de desemprego historicamente baixas sem que isso tivesse desencadeado qualquer pulso inflacionista, bem pelo contrário.

Da mesma forma, o modelo não pode explicar o recente surto de crescimento dos preços uma vez que as taxas de desemprego até subiram um pouco em razão da crise sanitária.

O principal índice da inflação americana, o CPI, andava no final de 2020, início de 2021, na casa de 1,2%/1,4%. Em abril saltou para 2,6% e, desde maio, ainda não baixou dos 5%. Taxas de inflação desta ordem de grandeza já não se viam há muitos anos. Os dados recentes da Alemanha mostram a inflação em máximos das últimas décadas.

É muito mais fácil explicar este surto nos preços com base em observações casuísticas, nomeadamente deslocações e distorções causadas pela crise sanitária, do que com base num qualquer modelo teórico.

Um exemplo. Com a necessidade do teletrabalho aumentou brutalmente a procura por computadores, sistemas de comunicações etc. A procura de componentes eletrónicos naturalmente desapareceu. Obviamente que a capacidade produtiva das empresas não aumenta com um estalar de dedos e algumas indústrias ficaram sem garantia de abastecimento dos chamados chips.

Uma dessas indústrias foi o setor automóvel. A consequência é que não há capacidade de produção de carros novos em quantidade suficiente para satisfazer a procura. À medida que os carros novos foram ficando com prazos de entrega muito

grandes as pessoas viraram-se para os carros usados e os preços subiram naturalmente. Não admira que um dos fortes contribuintes para o crescimento dos CPI por esse mundo fora seja o aumento dos preços dos carros usados.

Outro exemplo. Os portos marítimos foram ficando congestionados devido à Covid19. Consequentemente a procura pela capacidade de transporte foi ficando muito maior que a oferta disponível – o preço dos fretes multiplicou-se por 5 ou mesmo 6 vezes. Pior ainda, o tempo para levar um contentor de Shanghai para Chicago duplicou, o que significa que há hoje o dobro da oferta em trânsito e, conseqüentemente, estando nos barcos não está disponível para quem quer comprar.

Os campos dividem-se sobre o carácter sustentável ou transiente deste crescimento dos preços, ou seja, entre os que entendem que existe um risco real de uma espiral inflacionista à moda dos anos 70 e os que vêm no atual crescimento dos preços um carácter episódico, explicável por fatores relacionados com a gestão da crise pandémica e que desaparecerão à medida que a situação sanitária for sendo controlada.

Acreditar na versão autossustentada ou no carácter episódico do atual crescimento dos preços tem implicações da maior importância para todos.

Para o comum dos cidadãos não é indiferente viver num ambiente de crescimento dos preços controlado ou num clima de espiral inflacionista. Quem, entre os portugueses, ainda se lembra dos anos 70/80 do século passado, recorda o mau andeio que foi conviver com taxas de inflação na casa de 20%/30% ao ano.

Para os investidores pode implicar uma alteração radical das estratégias de alocação de capital.

Para decisores políticos - bancos centrais, governos e parlamentos – pode significar todo um novo ciclo, como de costume com inusitadas oportunidades e ameaças para grupos sociais, partidos políticos, etc.

Quem tem razão neste debate? Os nervosos ou os que não revelam stress?

Neste caso jogo na equipa dos relaxados.

O mundo mudou muito no último meio século – os sindicatos já não têm o poder do passado, a inflação passou a ser uma tema global com a grande unificação das últimas décadas, a tecnologia criou toda uma nova fauna de agentes económicos com imenso poder, a demografia fez o seu caminho, a desigualdade é hoje muito pior do que então e, que diabo, alguma coisa teremos

aprendido com a desgraça de antanho.

Os que dormem mal com a possibilidade de uma espiral inflacionista lembram-me aqueles generais que ainda combatem a guerra que já acabou.

Mas não há o risco de, se este modo das coisas durar muito tempo, ligar a máquina da espiral inflacionista?

Bom..., risco zero é coisa que não existe neste nosso vasto mundo. Contudo, acredito que o risco é pequeno.

Confesso que estou mais preocupado com outro tipo de inflação. Aquilo que vamos comprando no dia a dia pode encarecer um pouco, mas não creio que o grande risco esteja aí.

A inflação que me preocupa é a inflação no valor dos ativos e, em particular, no valor dos mercados financeiros (ações, obrigações, etc.) e no preço das casas.

Apetece-me aqui ser um pouco monetarista e dizer como Milton Friedman que humm!..., o dinheiro deve ter alguma coisa que ver com isto.

Claro que há milhentos de fatores que explicam a euforia que vai pelos mercados. No entanto, há um que é particularmente notório – a inundação em dinheiro das economias via compra de ativos pelos bancos centrais.

Mesmo agora, quando o risco de uma crise económica provocada pela emergência sanitária parece ter retrocedido, só a Reserva Federal americana injeta todos os meses 120 biliões de dólares (+/- metade do PIB de Portugal) na economia através da aquisição de títulos. No BCE o número é também assustador.

E isto tem de parar!

A razão porque este tipo de inflação me preocupa mais que o crescimento dos preços daquilo que vamos comprando no dia a dia é esta: os preços dos bens e serviços de consumo poderão corrigir por si mesmos (veremos!), já os preços dos ativos só corrigem de duas maneiras: ou provocam algures no tempo uma crise financeira ou a política monetária intervém antes, provavelmente, à custa de uma recessão mais ou menos profunda. Nenhum dos cenários é bom!

Há um outro motivo para estar menos preocupado com a hipotética inflação dos preços dos bens e serviços. Provavelmente nem sequer seria mau viver um par ou dois de anos num regime de inflação na casa dos 4/5% e sem uma reação da política monetária particularmente robusta.

Já não resta espaço para tratar deste tema com a profundidade devida. Voltaremos a ele numa próxima crónica.



**ESPECIALISTAS
EM FORNECIMENTO
ALIMENTAR
E NÃO ALIMENTAR**



30 ✓

Marcas Representadas

19 ✓®

Marcas Próprias

5.800 🚚

Pontos de entrega

4.800.000 🚛

km / ano

120.000 📦

Toneladas /ano
de alimentos de alta
qualidade

175 M €

Em vendas

100% 🇵🇹

Cobertura Nacional
e Ilhas (Madeira e Açores)
e exportação para África,
Ásia, Europa e América

+24.000 🥫

Referências alimentares
e não alimentares

8 🏠

Plataformas Logísticas:
Lisboa, Porto, Viseu,
Covilhã, Algarve, Açores
(São Miguel e Terceira)
e Madeira



LISBOA: 210 420 000
ALGARVE: 282 484 009
PORTO: 220 406 900

COVILHÃ: 275 320 600
VISEU: 232 430 470
MADEIRA: 210 420 000 | 917 175 381

SÃO MIGUEL: 296 960 550
TERCEIRA: 295 513 048
WWW.SOGENAVE.PT



ÂMBITO: VER CERTIFICADOS
Nº 2008/AMB0364
Nº 2019/SST.0521
Nº 2006/CEP2827
Nº 2008/GSA0037

TRIVALOR
trivalor.pt



O amanhã da terra

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

LISBOA

Estudo identifica traços comuns da prostituição

Famílias disfuncionais e sem afeto, violência ou pobreza são traços comuns nas histórias de algumas prostitutas em Lisboa, segundo um estudo que encontrou quem se prostituí há 29 anos e quem quer sair da pobreza ou alimentar os filhos.

Iris (nome fictício), 45 anos, foi violada e abusada pelo irmão durante quase dois anos e quando teve a coragem de contar aos pais, não só não teve qualquer apoio, como a fizeram sentir responsável pelo que se tinha passado.

Já Guiomar (nome fictício), 28 anos, é filha de pais toxicod dependentes e alcoólicos a quem foi retirada aos três anos, tendo sido vítima de agressão por parte da mãe, que chegou a atirar-lhe com uma panela com água a ferver num acesso de fúria.

Apesar da “diversidade expectável” em relação às histórias de vida, o estudo detetou traços comuns entre as 24 pessoas entrevistadas, desde famílias desestruturadas e sem afeto, casos de violência e abuso, pobreza, exclusão social, baixos níveis de escolaridade e ausência de qualificação profissional, relações afetivas tóxicas, baixa autoestima ou ausência de expectativas em relação ao futuro.

“Eu era uma moça igual a tantas outras, lá na minha cidade: pobre, sem grande futuro, e com vontade de sair da miséria. Acho que a miséria era o que melhor me definia como pessoa”, recordou Ana (nome fictício), 26 anos.

O estudo mostrou que nas histórias familiares de origem predominam os casos de carência económica, pobreza e miséria, como no caso de Carla (nome fictício), 42 anos, que acredita que foi exatamente por causa disso que foi para a prostituição e que “aos 13 anos já andava enrolada com gajos mais velhos para ganhar dinheiro”.

Setenta e nove por cento das mulheres disse que existe mesmo uma influência da sua história familiar na sua entrada na prostituição e Lurdes (nome fictício), 45 anos, admitiu que depois de sempre ter criticado a mãe por se ter prostituído, acabou a fazer o mesmo “como forma de sair daquela vida atrasada no campo”.

Entre as que são mães, os filhos são a primeira das suas preocupações, seja ao nível do sustento ou do cuidado em não querer que eles saibam que a mãe se prostitui, havendo três mulheres que perderam a guarda dos filhos e outra que se viu obrigada a deixar os dois filhos ao cuidado de outras pessoas.

“O que me revolta é que eu comecei na prostituição porque precisava de dinheiro, para me sustentar a mim e ao menino, já que o meu marido nos tinha abandonado, e, depois, ele usou isso para me tirar o meu filho.”, contou Soraia (nome fictício), 29 anos.

A investigação constatou que, entre as mulheres que ainda estão em situação de prostituição, “prevalece a perceção de pobreza ou de carência económica”.

“O que comprova que o sistema de prostituição não se traduz em vantagens económicas para as mulheres, como sugerem alguns dos mitos mais comunmente identificados a respeito da prostituição”, lê-se no estudo.

Nesta questão em concreto, a pandemia provocada pela covid-19 veio agudizar ainda mais a situação de extrema necessidade económica em que estas mulheres vivem, não só pela diminuição do número de pessoas que recorrem às prostitutas, como por uma quebra nos preços praticados.

Valéria (nome fictício), 39 anos, admitiu que vive dos apoios sociais, já que com a pandemia “a pobreza se converteu em miséria”, o que a deixou totalmente dependente desses apoios.

Quando questionadas sobre que opinião têm sobre a prostituição, a maioria associa a vergonha, morte ou degradação.

“O mais baixo que se pode descer. Tem tudo o que é mau. E uma pessoa deixa de se sentir gente. Cá por dentro, deixamos de nos sentir gente”, apontou Fátima (nome fictício), 25 anos. “É a vida mais desgraçada que alguém pode ter. Morremos vivas”, defendeu, por outro lado, Carla.

Já sobre que opinião têm em relação aos compradores, as respostas não poderiam ser mais elucidativas. “Desumanização é a melhor palavra. Ninguém é humano: quem se prostitui torna-se um objeto, o comprador é a fonte do dinheiro e da agressão.”, referiu Quitéria (nome fictício), 55 anos.

“Tem a ver com isso de pagarem. Compram-nos e é isso que eles procuram. Porque não é o mesmo que irem com uma mulher a quem não pagam. Para eles, nós não valemos nada, depois de pagarem”, disse Hélia (nome fictício), 25 anos.

A maioria (83%) das entrevistadas admitiu ter sido vítima de algum tipo de violência, desde práticas sexuais violentas, espancamentos, violações, roubos, agressões ou ameaças, sendo que nenhuma das mulheres fez denúncia às autoridades.

O estudo, coordenado pela investigadora Maria José da Silveira Núncio para a Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (PpDM), foi feito com base em 24 entrevistas a mulheres que estão ou estiveram no sistema de prostituição e procurou conhecer esta realidade na cidade de Lisboa.

Das 24 mulheres entrevistadas, cinco já não se prostituem, e destas, a que se prostituiu mais tempo fê-lo durante 18 anos, sendo que o tempo médio de permanência foi de 10 anos.

Já entre as que permanecem (79% das entrevistadas), o tempo mais longo é de 29 anos, tratando-se de uma mulher que começou a prostituir-se aos 13, e o mais curto de dois anos. O tempo médio de permanência entre estas mulheres é de 13 anos.

Estes e outros dados foram apresentados em Lisboa, no âmbito do seminário internacional “Exit -- Direitos humanos das mulheres a não serem prostituídas”, onde também foi divulgada a Estratégia Nacional de Prevenção e Apoio à Saída do Sistema de Prostituição.

Este documento tem cinco eixos (prevenção, conscientização, apoios e serviços, responsabilização e valorização e capacitação) e será proposto a dirigentes governamentais e a deputados à Assembleia da República.

Óptima limpeza e higiene perfeita
Para lavandarias profissionais IPSS



Agente especializado:

milplus
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA
Rua Fernando Namora, 135
4425-651 Pedrouços · Maia
934 091 417 · info@milplus.pt
www.milplus.pt

Miele
PROFESSIONAL